

<b>PETRORECÔNCAVO S.A. E SUAS AFILIADAS</b>	
<b>CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL</b>	
<b>IDENTIFICAÇÃO DAS SUPRIDORAS PARA FINS DE FATURAMENTO</b>	
NOME/RAZÃO SOCIAL: PETRORECÔNCAVO S.A. CNPJ: 03.342.704/0001-30	
NOME/RAZÃO SOCIAL: SPE MIRANGA S.A. CNPJ: 40.768.701/0001-90	
NOME/RAZÃO SOCIAL: POTIGUAR E&P S.A. CNPJ: 30.759.670/0001-57	
<b>IDENTIFICAÇÃO DA COMPRADORA</b>	
NOME/RAZÃO SOCIAL: COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GÁS - COPERGÁS CNPJ: 41.025.313/0001-81	
<b>DADOS BANCÁRIOS DAS SUPRIDORAS PARA FINS DE PAGAMENTO</b>	
PETRORECÔNCAVO S.A. [REDACTED] [REDACTED] [REDACTED]	
SPE MIRANGA S.A. [REDACTED] [REDACTED] [REDACTED]	
POTIGUAR E&P S.A. [REDACTED] [REDACTED] [REDACTED]	
<b>DADOS DO CONTRATO</b>	

CONTRATO Nº002/2023	PERÍODO DE VIGÊNCIA:
<b>ANEXOS</b>	
ANEXO I – DEFINIÇÕES	
ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL	
ANEXO III – TERMOS E CONDIÇÕES	
ANEXO IV – MODELO DA NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO	
<b>CONDIÇÕES ADICIONAIS</b>	



**PETRORECÔNCAVO S.A.**, sociedade com sede na Cidade de Mata de São João, Estado da Bahia, na Estrada do Vinte Mil, km 3,5, Estação São Roque, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 03.342.704/0001-30, doravante denominada "PETRORECÔNCAVO", neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de SUPRIDORA,

**SPE MIRANGA S.A.**, sociedade com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Luiz Viana, nº 13.223, Hangar Business Park – Torre 03, sala 401 – São Cristóvão, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 40.768.701/0001-90, doravante denominada "SPE MIRANGA", neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de "SUPRIDORA";

**POTIGUAR E&P S.A.**, sociedade com sede na Av. Lauro Monte, 1010 - Abolição, na cidade de Mossoró, Estado de Rio Grande do Norte, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 30.759.670/0001-57, doravante denominada "POTIGUAR" neste ato representada na forma de seus documentos constitutivos, na qualidade de SUPRIDORA, e

PETRORECÔNCAVO, SPE MIRANGA e POTIGUAR, para todos os fins do presente CONTRATO, denominadas individualmente como "SUPRIDORA" ou conjuntamente "SUPRIDORAS"; e,

**COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GÁS - COPERGÁS**, Sociedade de Economia Mista, inscrita no CNPJ sob o nº 41.025.313/0001-81, com sede na Avenida Conselheiro Aguiar, 1748, Boa Viagem, Recife/PE, CEP 51111-010, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de compradora, doravante denominada "COMPRADORA".

Individualmente referidas como "PARTE" e conjuntamente como "PARTES",

#### CONSIDERANDO QUE:

- (i) as SUPRIDORAS são concessionárias autorizadas pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP para a exploração e produção de petróleo e gás natural;
- (ii) as SUPRIDORAS possuem autorização da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP para a prática da atividade de comercialização de gás natural, dentro da esfera de competência da União;
- (iii) conforme contrato de concessão celebrado entre o Governo do Estado de Pernambuco e a COMPRADORA, a COMPRADORA é a concessionária exclusiva para exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado de Pernambuco;
- (iv) a COMPRADORA, no âmbito de suas atividades, empenha-se em atender a demanda de gás natural do mercado de sua área de concessão e, para tanto, busca contratar suprimento de tal insumo que lhe permita garantir oferta ao seu mercado com segurança, continuidade e competitividade;
- (v) foi realizado processo de Chamada Pública para contratação do objeto do presente CONTRATO, em atendimento ao disposto no art. 5º, § 2º, da Lei Estadual nº 15.900, de 11.10.2016;
- (vi) a proposta apresentada pela VENDEDORA foi selecionada pela COMPRADORA por conter condições satisfatórias para que a COMPRADORA garanta o suprimento ao seu mercado de gás natural com segurança, continuidade e competitividade
- (vii) as SUPRIDORAS desejam vender e disponibilizar GÁS NATURAL à COMPRADORA e a COMPRADORA deseja comprar o referido GÁS na MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL, MODALIDADE INTERRUPTÍVEL e MODALIDADE FLEXÍVEL, nos termos e condições aqui estabelecidos;



(viii) a compra e venda de gás natural objeto deste CONTRATO não está sujeita à obrigatoriedade de prévio procedimento licitatório com base na hipótese de dispensa de licitação prevista no Inciso X do Artigo 28 da Lei Federal 13.303, de 30/06/2016;

(ix) as SUPRIDORAS não possuem qualquer ingerência ou atribuição relacionada à movimentação ou entrega do GÁS NATURAL a jusante do PONTO DE ENTREGA, de modo que a presente relação contratual se extingue no PONTO DE ENTREGA, cabendo à COMPRADORA a integral responsabilidade, inclusive perante os entes reguladores, pela celebração dos instrumentos jurídicos pertinentes para movimentação do GÁS a partir do PONTO DE ENTREGA até as suas instalações, aqui incluído o contrato de transporte saída, a ser firmado com o TRANSPORTADOR;

(x) as condições comerciais estabelecidas neste CONTRATO fazem referência à entrega do GÁS NATURAL no PONTO DE ENTREGA, conforme solicitação da COMPRADORA;

(xi) as regras acordadas pelas PARTES neste CONTRATO foram estabelecidas com base nas condições econômicas atuais do mercado de gás natural.

RESOLVEM celebrar o presente Contrato de Compra e Venda de Gás Natural na MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL, na MODALIDADE INTERRUPTÍVEL e na MODALIDADE FLEXÍVEL ("CONTRATO"), que passa a ser regido integralmente pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

## CLÁUSULA 1 – OBJETO

1.1 O presente CONTRATO tem por objeto a venda pelas SUPRIDORAS e a compra pela COMPRADORA de GÁS, na MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL, MODALIDADE INTERRUPTÍVEL e na MODALIDADE FLEXÍVEL, segundo as condições estipuladas neste CONTRATO.

## CLÁUSULA 2 – VIGÊNCIA E INÍCIO DO FORNECIMENTO

2.1 O presente CONTRATO entrará em vigor na data de sua assinatura e o seu término ocorrerá conforme estabelecido no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.

2.2 O INÍCIO DE FORNECIMENTO, estará condicionado ao início, concomitantemente ao presente CONTRATO, da prestação de serviço no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA a ser firmado entre a COMPRADORA e a TRANSPORTADORA e o CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA a ser firmado entre as SUPRIDORAS e a TRANSPORTADORA.

2.2.1 Caso, após o INÍCIO DE FORNECIMENTO, ocorra eventual resolução ou suspensão do CONTRATO DE TRANSPORTE celebrado entre a COMPRADORA e a TRANSPORTADORA, por culpa única e exclusiva da COMPRADORA, as SUPRIDORAS estarão desobrigadas de atender a qualquer solicitação de GÁS, com sua respectiva QDS, e a efetuar a entrega de qualquer QUANTIDADE DE GÁS, sem prejuízo do cumprimento pela COMPRADORA das obrigações relativas aos compromissos de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), constante no item 2.2.2 do Anexo III, e da PARCELA DE TRANSPORTE, conforme estabelecido no item 3.1.2 do Anexo III, enquanto perdurar tal situação.

2.2.2 Caso, após o INÍCIO DE FORNECIMENTO, ocorra eventual resolução ou suspensão do CONTRATO DE TRANSPORTE celebrado entre as SUPRIDORAS e a TRANSPORTADORA, por culpa única e exclusiva das SUPRIDORAS, a COMPRADORA estará desobrigada do/s compromissos de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), constante no item 2.2.2 do Anexo III, e da PARCELA DE TRANSPORTE, conforme estabelecido no item 3.1.2 do Anexo III, caracterizando-se a FALHA DE FORNECIMENTO.

2.3 Não obstante o previsto em 2.1 e 2.2 acima, as PARTES reconhecem que os CONTRATOS DE TRANSPORTE firmados pelas SUPRIDORAS, na modalidade entrada, e COMPRADORA, na modalidade saída, quando da assinatura do presente CONTRATO tem vigência anual e que a continuidade do presente CONTRATO até o prazo estabelecido no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL está condicionada à celebração, pelas PARTES, de novos contratos de transporte para atendimento do presente CONTRATO.

2.4 Caso as PARTES não consigam firmar um novo CONTRATO DE TRANSPORTE para atendimento deste CONTRATO, então o presente CONTRATO será automaticamente resiliado



quando do término do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA E SAÍDA, sem que seja devida qualquer penalidade entre as PARTES, cabendo apenas o cumprimento de eventuais obrigações cujo início tenha ocorrido antes da sua rescisão.

2.5 Da mesma forma, a COMPRADORA reconhece que as SUPRIDORAS celebraram CONTRATOS MIDSTREAM, cujo prazo de vigência são inferiores aos do presente CONTRATO e que, portanto, a continuidade do presente CONTRATO até o prazo estabelecido no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL está condicionada à celebração, por parte das SUPRIDORAS, de novos contratos de MIDSTREAM, ou alguma outra alternativa, que permitam às SUPRIDORAS acessar as infraestruturas de escoamento e processamento, que viabilizam a disponibilização da molécula do GÁS pelas SUPRIDORAS em condições que ela julgue comercializáveis à COMPRADORA.

2.6 As PARTES se comprometem a envidar os melhores esforços para conseguir aditar os CONTRATOS DE TRANSPORTE ao longo dos anos, para atendimento ao CONTRATO. Cada PARTE se compromete a: (i) manter a outra PARTE devidamente atualizada a respeito do andamento das tratativas com o TRANSPORTADOR; (ii) observar o cronograma a ser apresentado pela TRANSPORTADORA para conseguir o aditamento; e, (iii) apresentar toda a documentação que vier a ser requisitada pela TRANSPORTADORA que possibilite o referido aditamento, sob pena de, comprovada a culpa, ter que cumprir todos os compromissos assumidos no presente CONTRATO, ficando sujeitas a arcar com todas as penalidades.

2.7 Após o término do prazo de vigência do CONTRATO, permanecerão válidas as regras referentes à recuperação do saldo de QPNR eventualmente remanescente, nos termos do item 2.2.7 (b) do Anexo III - Termos e Condições, além das disposições relativas a incidências de TRIBUTOS, solução de controvérsias, conduta das PARTES, bem como das que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução do CONTRATO.

2.8 O INÍCIO DO FORNECIMENTO ocorrerá somente na data em que forem implementadas todas as condições previstas no item 2.2 acima, para todos os efeitos deste CONTRATO.

2.9 Caso na data do INÍCIO DE FORNECIMENTO não tenha sido implementada a condição descrita no item 2.2 acima, para todos os efeitos, o INÍCIO DE FORNECIMENTO ocorrerá na data em que tal condição tenha sido implementada, sem que isto acarrete postergação da data de término do CONTRATO prevista no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.

[REDACTED] condição prevista no item 2.2 acima [REDACTED] ita até o dia **01 de Dezembro de 2023**, e seja comprovado que ocorreu por questões externas, alheias às vontades das PARTES, então as PARTES reunir-se-ão a fim de discutir, de boa-fé, uma prorrogação do prazo para cumprimento, ou ainda um prazo mutuamente acordado para postergação da data de INÍCIO DO FORNECIMENTO, conforme previsto no item 2.9 acima, sendo certo que, caso não cheguem a um acordo, qualquer PARTE poderá rescindir o CONTRATO de imediato e de pleno direito, sem qualquer responsabilidade para quaisquer das PARTES, mediante simples NOTIFICAÇÃO por escrito à outra PARTE, ocasião em que cada PARTE será responsável pelos próprios custos incorridos até então.

2.10.1 A comprovada tentativa de uma das PARTES em adiar o INÍCIO DE FORNECIMENTO ou a consecução do CONTRATO, por questões econômicas ou comerciais, ensejará o INÍCIO DE FORNECIMENTO, cabendo a cada PARTE os termos do presente CONTRATO.

2.11 Durante o interím entre a data de assinatura do CONTRATO e a data limite para cumprimento da condição prevista no item 2.2 acima, a PARTE a quem se refere a condição deverá, de boa-fé, envidar os esforços comercialmente razoáveis para tal condição seja satisfeita e manterá a outra PARTE informada das medidas tomadas e sobre os prazos de conclusão esperados.

2.11.1 Após a assinatura do presente CONTRATO, as PARTES desde já acordam que, a cada NOTIFICAÇÃO de uma das PARTES, em ciclos que não sejam inferiores a 15 (quinze) DIAS, ambas as PARTES realizarão reuniões, formalizadas através de atas, para que mutualmente se mantenham informadas acerca do progresso relativo ao atendimento da condição prevista no item 2.2 acima e das medidas tomadas e prazos esperados de conclusão.



### CLÁUSULA 3 – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO

3.1 Para todos os efeitos legais derivados do CONTRATO, as PARTES indicam, a seguir, os respectivos domicílios para onde devem ser enviadas as NOTIFICAÇÕES relacionadas ao CONTRATO:

Supridoras PETRORECONCAVO S.A.

Endereço: Avenida Luis Viana Filho, 13223, Edifício Hangar Business Park,  
Torre 3, 4º andar, São Cristóvão, Salvador/BA

CEP: 41.500-300

Fone: (71) 3635-0237

A/C: Alairson Gonçalves Filho / João Vitor Moreira

[Alairson.filho@petroreconcavo.com.br](mailto:Alairson.filho@petroreconcavo.com.br) / [joao.vitor@petroreconcavo.com.br](mailto:joao.vitor@petroreconcavo.com.br)

#### COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GÁS – COPERGAS

Avenida Conselheiro Aguiar, 1748, Boa Viagem, Recife/PE,  
CEP 51111-010

Fone : (81) 3464.7400/7401

A/C: Roberto Zanella / Jacinto Sousa

[Robeto.zanella@copegas.com.br](mailto:Robeto.zanella@copegas.com.br)

[jacinto.sousa@copegas.com.br](mailto:jacinto.sousa@copegas.com.br)

3.2 Serão válidas como NOTIFICAÇÃO e vinculará as PARTES quaisquer trocas de informação de ordem operacional, de uma PARTE à outra, desde que realizadas entre as centrais operacionais das PARTES, conforme a seguir:

Endereço: Avenida Luis Viana Filho, 13223, Edifício Hangar Business Park,  
Torre 3, 4º andar, São Cristóvão, Salvador/BA

CEP: 41.500-300

Fone: (71) 3635-0237

A/C:

Correios eletrônicos (e-mails): [gasnatural@petroreconcavo.com.br](mailto:gasnatural@petroreconcavo.com.br);  
[joaovitor@petroreconcavo.com.br](mailto:joaovitor@petroreconcavo.com.br); [alairson.filho@petroreconcavo.com.br](mailto:alairson.filho@petroreconcavo.com.br);  
[rafaela.furtado@petroreconcavo.com.br](mailto:rafaela.furtado@petroreconcavo.com.br)

#### COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GÁS – COPERGAS

Avenida Conselheiro Aguiar, 1748, Boa Viagem, Recife/PE,  
CEP 51111-010

Fone : (81) 3464.7400/7401

A/C: Roberto Zanella / Jacinto Sousa

[Robeto.zanella@copegas.com.br](mailto:Robeto.zanella@copegas.com.br)

[jacinto.sousa@copegas.com.br](mailto:jacinto.sousa@copegas.com.br)

Correios eletrônicos (e-mails):

Comercial: [roberto.zanella@copegas.com.br](mailto:roberto.zanella@copegas.com.br) / [jacinto.sousa@copegas.com.br](mailto:jacinto.sousa@copegas.com.br);  
[rafael.mendes@copegas.com.br](mailto:rafael.mendes@copegas.com.br)

Programação: [programacao@copegas.com.br](mailto:programacao@copegas.com.br)

[www.petroreconcavo.com.br](http://www.petroreconcavo.com.br)

Estrada do Vinte Mil, km 3,5 - Estação São Roque

Marcelo de Souza Magalhães, Roberto Cobo Zanella, Sheila Mayane Barbosa De Santana Correa, Jacinto Junior De Sousa, Rafael Procaci Da Cunha, Rafaela Campos Furtado e Marcelo Campos Magalhães.



Medição e Qualidade: [medicao@copergas.com.br](mailto:medicao@copergas.com.br)/ [gmar@copergas.com.br](mailto:gmar@copergas.com.br)  
Financeiro: [ofin@copergas.com.br](mailto:ofin@copergas.com.br)/ [isabela.santana@copergas.com.br](mailto:isabela.santana@copergas.com.br)/  
[renan.bezerra@copergas.com.br](mailto:renan.bezerra@copergas.com.br)

3.3 Qualquer uma das PARTES terá o direito de modificar seus dados para contato, acima indicados, mediante NOTIFICAÇÃO transmitida à outra.

3.4 Qualquer NOTIFICAÇÃO será considerada válida na data de seu efetivo e comprovado recebimento, exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no CONTRATO de forma diversa.

#### CLÁUSULA 4 – NOVAÇÃO

4.1 As estipulações previstas no CONTRATO não constituem novação de ajustes, acordos ou contratos de mesma natureza já existentes entre as PARTES, que permanecem inalterados.

4.2 Na eventualidade de uma das PARTES deixar de exigir o cumprimento de qualquer obrigação prevista no CONTRATO, tal prática não constituirá novação ou renúncia expressa ou tácita ao direito de fazê-lo em qualquer oportunidade. Qualquer renúncia ou novação a um direito estabelecido no CONTRATO só será considerada válida e eficaz mediante manifestação por escrito da PARTE renunciante.

4.3 Os eventos abaixo especificados não serão considerados como precedentes capazes de novar, tácita ou expressamente, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) adotada no CONTRATO permanecendo inalterados os direitos e obrigações estabelecidos no CONTRATO:

- a) o fornecimento em base contínua ou alternada, pelas SUPRIDORAS à COMPRADORA, de qualquer QUANTIDADE DE GÁS abaixo ou acima da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC); ou
- b) a retirada em base contínua ou alternada, pela COMPRADORA, de qualquer QUANTIDADE DE GÁS abaixo ou acima da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC).0

#### CLÁUSULA 5 – VALOR DO CONTRATO

5.1 O valor estimado do CONTRATO é de R\$ 1.842.894.397,30 (um bilhão, oitocentos e quarenta e dois milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, trezentos e noventa e sete reais e trinta centavos) dado pela aplicação da seguinte fórmula:

$$VCont = QDC \times D \times PG ; \text{ onde:}$$

<i>VCont</i>	Significa o valor do CONTRATO em R\$.
<i>QDC</i>	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC).
<i>D</i>	Significa a quantidade de DIAS do PERÍODO DE FORNECIMENTO.
<i>PG</i>	Significa o PREÇO DO GÁS (PG) na data da celebração do CONTRATO.

5.1.1 No valor do CONTRATO, não estão inclusos os reajustes previstos contratualmente, bem como TRIBUTOS e encargos de qualquer natureza e eventuais QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS INTERRUPTÍVEIS (QDPI). O valor do CONTRATO não está vinculado a qualquer disposição deste instrumento.



## CLÁUSULA 6 – ANEXOS

6.1 Este CONTRATO consiste das presentes Cláusulas e dos seguintes ANEXOS:

Anexo I – Definições

Anexo II – Proposta Comercial

Anexo III – Termos e Condições

Anexo IV – Modelo da Notificação de Confirmação

6.2 No caso de conflito entre os termos aqui previstos e de qualquer um dos ANEXOS, o ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL, firmado entre as PARTES deverá prevalecer.

## CLÁUSULA 7 – CONFORMIDADE DAS PARTES

7.1 As PARTES, por seus representantes legais devidamente autorizados, expressam sua concordância com o teor integral do presente CONTRATO e, por estarem assim justas e acordadas, obrigando-se a seu fiel e estrito cumprimento, em fé do que é firmado eletronicamente o presente, para um só efeito, junto com as 02 (duas) testemunhas abaixo, reconhecendo as PARTES a validade jurídica da solução disponibilizada pelas SUPRIDORAS, adotada para assinatura eletrônica do CONTRATO.

7.2 Para os fins do Artigo 10, Parágrafo Segundo, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, as PARTES, bem como seus signatários, na qualidade de representantes legais destas, admitem a assinatura digital do presente CONTRATO, comprovada por meio de certificação digital credenciado pela ICP-Brasil, válida e hábil para garantir a integridade e a autoria deste CONTRATO. Assim, as PARTES reconhecem que este CONTRATO e qualquer outro documento a ele relacionado poderão ser assinados eletronicamente ou de forma manuscrita, bem como que as assinaturas eletrônicas apostas neste CONTRATO possuirão valor legal, para todos os fins, incluindo a comprovação da validade jurídica, integridade e autenticidade do CONTRATO.

Salvador, 13 de julho de 2023.

### PETRORECONCAVO S.A

\_\_\_\_\_  
**João Vitor Silva Moreira**  
Diretor de Relações e Novos Negócios

\_\_\_\_\_  
**Rafael Procaci da Cunha**  
Diretor Financeiro e de Relações com  
Investidores

### SPE MIRANGA S.A

\_\_\_\_\_  
**João Vitor Silva Moreira**  
Diretor de Relações e Novos Negócios

\_\_\_\_\_  
**Rafael Procaci da Cunha**  
Diretor Administrativo e Financeiro



**POTIGUAR E&P S.A**

**João Vitor Silva Moreira**  
Diretor de Relações e Novos Negócios

**Rafael Procaci da Cunha**  
Diretor Administrativo e Financeiro

**COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GÁS - COPERGÁS**

**Felipe Valença**  
Diretor Presidente

**Roberto Zanella**  
Diretor Técnico Comercial

**TESTEMUNHAS:**

Nome: Jacinto Sousa

Nome: Alairson Gonçalves Filho

## ANEXO I – DEFINIÇÕES

1.1 Qualquer referência a cláusulas e itens constantes abaixo são referentes aos termos e condições do presente CONTRATO ou do seu ANEXO II.

1.2 Qualquer termo ou expressão grafado em maiúsculas e/ou VERSALETE (CAIXA ALTA) neste CONTRATO ou em qualquer dos seus ANEXOS, terá o significado que lhe foi atribuído nesta cláusula, seja no singular ou no plural:

**AFILIADA:** significa, com relação a qualquer PARTE, qualquer pessoa física ou jurídica, residente ou com sede no Brasil ou no exterior que (i) seja, direta ou indiretamente, controlada por esta PARTE; (ii) controle, direta ou indiretamente, tal PARTE; (iii) seja, direta ou indiretamente, controlada por qualquer pessoa que controle, direta ou indiretamente, tal PARTE. Conforme utilizado nesta definição, “controle” significa a titularidade de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; bem como a utilização efetiva de seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.

**ANO:** significa cada período que:

- a) para o primeiro ANO, começará no DIA do INÍCIO DE FORNECIMENTO e terminará no último DIA do mês de dezembro do ano em questão;
- b) para cada ANO sucessivo ao referenciado na alínea (a) supra, com exceção do último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA do mês de dezembro do mesmo ano;
- c) para o último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA de vigência do CONTRATO.

**ANP:** significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, agência reguladora da atividade do setor de gás e petróleo, criada pela Lei nº 9.478, de 06/08/1997, ou qualquer outra entidade que, por força de Lei, venha a substituí-la no futuro.

**ARBITRAGEM:** significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 15.3 e seus subítemos.

ARREDONDADO ou ARREDONDAR:  $\pm 0,05$  de arredondamento  
abaixo descrito:

- (a) se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 a 4, o algarismo a ser arredondado manterá seu valor;
- (b) se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 a 9, o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.

**AUTORIDADE GOVERNAMENTAL:** significa qualquer autoridade brasileira na esfera federal, estadual ou municipal, incluindo a ANP, qualquer tribunal, autoridade pública, ou qualquer órgão, agência ou pessoa jurídica de direito público que tenha competência administrativa, tributária, regulatória, executiva, judicial ou legislativa sobre qualquer das PARTES ou sobre as operações previstas neste CONTRATO, sendo certo que a PETROBRAS ou suas AFILIADAS não devem ser consideradas como AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS.

**BALANCEAMENTO:** significa o gerenciamento das injeções e retiradas de GÁS no SISTEMA DE TRANSPORTE para fins de equilíbrio e execução eficiente e segura dos serviços de transporte pelo TRANSPORTADOR.

**BANCO CUSTODIANTE:** significa a instituição bancária com a qual seja celebrado contrato para a administração da CONTA DE CUSTÓDIA.

**CALIBRAÇÃO:** significa o conjunto de operações que estabelece a relação entre os valores indicados por um instrumento de medição ou sistema de medição e os valores correspondentes das grandezas, estabelecidos por padrões com resultados rastreáveis à RBC (Rede Brasileira de Calibração).

**CALORIA:** significa a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1g (um grama) de água pura de 14,5° C (quatorze vírgula cinco graus Celsius) até 15,5° C (quinze vírgula cinco graus Celsius) à pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco



Pascals). Uma CALORIA equivale a 4,1855 J (quatro vírgula um oito cinco cinco Joules). Uma QUILOCALORIA (kcal) significa 1.000 (mil) CALORIAS.

**CÂMARA:** significa a Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem – CBMA, responsável pela condução da Mediação e Arbitragem, conforme previsto na Cláusula Quinze.

**CANAL CLIENTE:** quando implementada e comunicada via NOTIFICAÇÃO a ser enviada à COMPRADORA, significa a plataforma eletrônica de propriedade das SUPRIDORAS, disponibilizada na Internet e utilizada como interface de comunicação entre SUPRIDORAS e COMPRADORA. As PARTES concordam que o uso do CANAL CLIENTE ocorrerá na forma prevista no seu respectivo contrato. Enquanto não implementada e, no caso de eventual indisponibilidade do CANAL CLIENTE, a comunicação entre as PARTES será realizada através de NOTIFICAÇÃO.

**CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR:** significa qualquer evento que se enquadre nos conceitos de caso fortuito ou força maior contidos no artigo 393 e em seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, observadas as condições e situações previstas na CLÁUSULA 17 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

**COMERCIALIZADORA OU AGENTE COMERCIALIZADOR:** significa a empresa que, nos termos da LEI estadual aplicável, esteja autorizada a vender gás natural podendo este produto ser oriundo de importação, produção própria ou adquirido de outras empresas que o detenham

**CONDIÇÕES BASE:** significam as condições de temperatura de 20° C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals).

**CONDIÇÕES DE ENTREGA:** significam as condições de disponibilização do GÁS pelas SUPRIDORAS à COMPRADORA, ou terceiros por ela contratados, e de recebimento do GÁS pela COMPRADORA, ou terceiros por ela contratados, conforme CLÁUSULA 10 – CONDIÇÕES DE ENTREGA.

**CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA:** significam as condições de temperatura de 20° C (vinte graus Celsius), a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals) e o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS), em base seca, para o GÁS igual ao PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

**CONTA DE CUSTÓDIA:** significa a conta bancária de titularidade de ambas as PARTES, mantida junto ao BANCO CUSTODIANTE em que a PARTE que discordar de qualquer quantia cobrada em decorrência do CONTRATO poderá efetuar pontualmente o depósito de quantia igual à diferença [REDACTED] al cobrado e a parcela incontroversa [REDACTED] este caso, caberá à PARTE que suscitar a controvérsia o ônus de abertura e manutenção da CONTA DE CUSTÓDIA durante o tempo em que durar a controvérsia. O contrato da CONTA DE CUSTÓDIA deverá respeitar o disposto no presente instrumento.

**CONTRATO:** significa este contrato de compra e venda de GÁS NATURAL celebrado na MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL, MODALIDADE INTERRUPTÍVEL e na MODALIDADE FLEXÍVEL seus eventuais anexos e aditivos celebrados pelas PARTES, para atendimento à unidade da COMPRADORA.

**CONTRATOS DE TRANSPORTE:** significam, em conjunto, os CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA e o CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA.

**CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA:** significam os contratos de transporte para entrada, a serem celebrados pelas SUPRIDORAS com o TRANSPORTADOR, necessários à entrega do GÁS objeto deste CONTRATO no PONTO DE ENTRADA.

**CONTRATOS DE TRANSPORTE DE SAÍDA:** significam os contratos de transporte para saída a serem celebrados pela COMPRADORA com o TRANSPORTADOR, necessários à disponibilização do GÁS objeto deste CONTRATO no PONTO DE SAÍDA.

**CONTRATO(S) MIDSTREAM:** significa(m) (i) o(s) contrato(s) que permite(m) às SUPRIDORAS acessarem as infraestruturas de escoamento e processamento, que viabilizam a disponibilização da molécula do GÁS pelas SUPRIDORAS em condições comercializáveis à COMPRADORA.

**CPI-U:** significa o *Consumer Price Index for All Urban Consumers*, publicado pelo *United States of America Bureau of Labor Statistics*.

**DIA:** significa cada dia calendário do PERÍODO DE VIGÊNCIA do CONTRATO, tendo início à 00:00h (zero hora) e término às 23:59h (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos), tendo como referência GMT-3h (Greenwich Meridian Time menos três horas).



**DIA ÚTIL:** significa qualquer dia em que os bancos sejam obrigados a operar simultaneamente nas cidades onde se localizam as sedes das SUPRIDORAS e da COMPRADORA.

**DISPUTA:** significa qualquer controvérsia concernente à interpretação ou à execução do CONTRATO, que deverá ser submetida à ARBITRAGEM.

**DOCUMENTO DE COBRANÇA:** significa qualquer fatura, nota fiscal, duplicata, nota de débito, boleto bancário, bem como qualquer outro título emitido por uma PARTE à outra para cobrança de valor que deva ser pago, nos termos do CONTRATO, pela outra PARTE.

**DOCUMENTO DE CRÉDITO:** significa qualquer carta de crédito, bem como qualquer outro documento ou NOTIFICAÇÃO emitida por uma PARTE à outra para concessão de crédito de um valor que deva ser devolvido ou creditado, nos termos do CONTRATO, para a outra PARTE.

**ENCARGOS MORATÓRIOS:** significam os encargos cobrados em razão de atraso no pagamento de qualquer valor devido, conforme definido no item 4.4.

**ESTAÇÃO DE MEDIÇÃO DA DISTRIBUIDORA (EMD):** significa o conjunto de instalações de propriedade da COMPRADORA, localizadas a montante das instalações da TRANSPORTADORA, destinadas a adequar as condições de recebimento do GÁS pela COMPRADORA, tais como regulagem de pressão, medição e registro das pressões e temperaturas do GÁS e utilizadas na apuração da QUANTIDADE MEDIDA (QM), conforme previsto na CLÁUSULA 11 – MEDIÇÃO DO GÁS

**EVENTO DE INADIMPLENTO:** significa qualquer dos eventos definidos no item 16.1.

**FALHA DE PROGRAMAÇÃO/FALHA DE FORNECIMENTO:** significa a situação caracterizada pela ocorrência, em determinado DIA de qualquer das seguintes hipóteses:

(a) ação ou omissão comprovada das SUPRIDORAS que ocasionem a recusa de programação de GÁS pelo TRANSPORTADOR, impossibilitando ou limitando a retirada de GÁS no PONTO DE SAÍDA; ou

(b) envio, por uma das PARTES, e consequente aceite e programação pelo TRANSPORTADOR, de QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA inferior àquela definida como QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP)

Excetuando-se qualquer das seguintes hipóteses, em que não se configurará FALHA DE

- (i) ser o fato atribuído a CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;
- (ii) ter a outra PARTE sido a parte determinante para tal ocorrência;
- (iii) ter a COMPRADORA deixado de fazer, junto ao TRANSPORTADOR, a nomeação do GÁS para retirada no PONTO DE SAÍDA, ou tenha feito nomeação do GÁS para retirada no PONTO DE SAÍDA em desacordo com a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP);
- (iv) falhas e/ou descumprimento atribuídos ao TRANSPORTADOR; ou
- (v) situações de PARADAS PROGRAMADAS e PARADAS NÃO PROGRAMADAS, aqui incluindo nos CONTRATOS DE TRANSPORTE e/ou no CONTRATO MIDSTREAM.

**GARANTIA DE PAGAMENTOS:** significa a garantia, oferecida pela COMPRADORA, para assegurar às SUPRIDORAS o recebimento dos pagamentos devidos em decorrência do CONTRATO, definida na CLÁUSULA 7 – GARANTIA DE PAGAMENTOS.

**GÁS ou GÁS NATURAL:** significa o gás natural objeto do CONTRATO, composto pela mistura de hidrocarbonetos constituída essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos e gases não combustíveis, que se extrai de reservatórios naturais e que se encontra no estado gasoso quando nas CONDIÇÕES BASE; que tenha origem nacional ou importada e que, após processamento, atenda à especificação do regulamento técnico que é parte integrante da resolução ANP nº 16 de 17/06/2008, ou norma que venha a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente.

**IGP-M:** significa o Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou outro índice que venha a substituí-lo. Caso o IGP-M seja extinto e não seja substituído por outro índice, as PARTES acordarão um novo índice para atender ao mesmo fim.



**INÍCIO DO FORNECIMENTO:** significa a data definida no CONTRATO e no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.

**LEI:** significa qualquer espécie de ato normativo (como, por exemplo, lei, decreto, resolução, portaria) vigente no Brasil que afete diretamente o cumprimento, por qualquer uma das PARTES, das disposições previstas no CONTRATO.

**LIMITE DE CRÉDITO CORPORATIVO (LCC):** significa o limite definido pelas SUPRIDORAS na forma do item 7.5 e seus subitens.

**MÊS:** significa, para o primeiro MÊS, o período que começa no DIA do INÍCIO DE FORNECIMENTO e termina às 23:59h (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último DIA de tal MÊS. Para o último MÊS, começará no primeiro DIA do MÊS correspondente e terminará no último DIA de vigência do CONTRATO. Para os demais MESES, corresponde a cada mês calendário de vigência do CONTRATO, tendo início à 00:00h (zero hora) do primeiro DIA de cada MÊS e terminando às 23:59h (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último DIA de tal MÊS. MENSALMENTE será interpretado de modo análogo.

**METRO CÚBICO ou M³:** significa o volume de GÁS que, nas CONDIÇÕES BASE, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.

**MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL:** significa a modalidade de fornecimento de GÁS na qual, a pedido da COMPRADORA, as SUPRIDORAS se obrigam a fornecer GÁS até o limite da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL.

**MODALIDADE FLEXÍVEL:** significa a modalidade de fornecimento de GÁS acima da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL na qual: (i) o efetivo fornecimento de GÁS depende da manifestação de ambas as Partes via celebração de NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO sobre o interesse da COMPRADORA em receber o GÁS e indicação da QUANTIDADE DE GÁS, como da manifestação das SUPRIDORAS sobre o seu interesse em fornecê-lo na respectiva QUANTIDADE DE GÁS; (ii) a falta de interesse das PARTES em fornecer ou receber bem como a indisponibilidade de GÁS NATURAL para atendimento a presente modalidade não geram quaisquer responsabilidades para as PARTES.

**MODALIDADE INTERRUPTÍVEL:** significa a modalidade de fornecimento de GÁS na situação estabelecida em 3.1.3.3.

\_\_\_\_\_ significa a modalidade de fornecimento \_\_\_\_\_ e detalhado neste CONTRATO, no qual a COMPRADORA se obriga a comprar das SUPRIDORAS a QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA PUT definida pelas SUPRIDORAS, até o limite da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA PUT.

**MULTA:** significa o valor percentual definido nos ENCARGOS MORATÓRIOS, aplicado como penalidade pelo atraso no pagamento, por uma das PARTES, de qualquer valor devido em decorrência deste CONTRATO.

**NOTIFICAÇÃO:** significa qualquer comunicação entre as PARTES feita na forma e dirigida aos endereços constituídos na CLÁUSULA TERCEIRA do CONTRATO cujo recebimento possa ser provado, pela PARTE emitente, de forma inequívoca, tal como uma notificação judicial ou extrajudicial, carta, comunicação eletrônica, fac-símile ou qualquer outro meio de notificação escrita que ofereça garantias semelhantes de comprovação de recebimento. Entenda-se NOTIFICAR e suas flexões verbais como o ato de enviar uma NOTIFICAÇÃO.

**NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO:** É o contrato entre as PARTES que define as condições complementares a este CONTRATO para a PARCELA DE MOLÉCULA FLEXÍVEL (PMFL) e que, em conjunto com o presente CONTRATO, estabelece compromisso vinculante entre as PARTES, através da solicitação da COMPRADORA e determinam os índices da PARCELA DE MOLÉCULA FLEXÍVEL (PMFL). O modelo da NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO está descrito no ANEXO IV ao presente CONTRATO. Alternativamente, conforme item 3.1.6, a NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO poderá ser feita integralmente por e-mail, bastando apenas a confirmação expressa de ambas as PARTES, dispensando a assinatura física e/ou eletrônica, sempre que no título do e-mail esteja expressa a informação de se tratar de uma NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO.

**PARADA(S) NÃO PROGRAMADA(S):** significa situações emergenciais, que não são possíveis serem comunicadas antecipadamente, e que resultem em redução total ou parcial do fornecimento ou no recebimento de GÁS, também considerando eventos que tenham sido causados por força do CONTRATO DE TRANSPORTE ou do CONTRATO MIDSTREAM.



**PARADA(S) PROGRAMADA(S):** significam as situações transitórias descritas na Cláusula 13 do Anexo III.

**PARCELA DE MOLÉCULA FIRME (PMF):** significa a parcela referente à molécula do GÁS na MODALIDADE FIRME contida no PREÇO DO GÁS FIRME (PGF), estabelecida de tempos em tempos nos termos do CONTRATO e seu ANEXO II.

**PARCELA DE MOLÉCULA FLEXÍVEL (PMFL):** significa a parcela referente à molécula na MODALIDADE FLEXÍVEL contida no PREÇO DO GÁS FLEXÍVEL (PGFL), estabelecida conforme solicitação realizada por NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO.

**PARCELA DE MOLÉCULA PUT (PMP):** significa a parcela referente à molécula contida no PREÇO DO GÁS (PGP) aplicável para as QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS PUT definida no ANEXO II.

**PARCELA DE TRANSPORTE (PT):** significa todos e quaisquer custos relacionados com o transporte incorridos pelas SUPRIDORAS, em qualquer periodicidade, em razão da contratação do transporte das SUPRIDORAS, incluindo, mas não se limitando, o seguro demandado para a celebração do contrato de transporte, o encargo de serviço de transporte, encargo de excedente autorizado, encargo de excedente não autorizado, encargo de gás para uso no sistema – GUS, encargo de custos fixos de compra e venda de gás, encargo de empacotamento, encargo de capacidade-congestionamento, penalidades de variação de programação diária penalidade por desequilíbrio e eventual penalidade por rescisão antecipada dos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA, estando claro que a COMPRADORA declara conhecer os termos e condições do contrato de transporte existente e/ou qualquer outro que venha a modifica-lo ou substituí-lo.

**PARTE(S):** no singular, significa as SUPRIDORAS ou a COMPRADORA, conforme o caso; no plural, significa as SUPRIDORAS e a COMPRADORA, conjuntamente, conforme definição no preâmbulo deste CONTRATO.

**PARTE AFETADA:** significa a PARTE que invocar a ocorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, nos termos da Cláusula 17 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

**PERÍODO DE FATURAMENTO:** significam os períodos definidos no item 4.1.

**PERÍODO DE FORNECIMENTO:** significa o intervalo de DIAS entre a data de INÍCIO DO FORNECIMENTO e o último DIA de vigência do CONTRATO.

**PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR):** significa o PCS de 9.400 kcal/m<sup>3</sup> (nove mil e quatrocentas QUILOCALORIAS por METRO CÚBICO).

**PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS):** significa a quantidade de energia liberada, na forma de calor, na combustão completa de uma quantidade definida de gás com ar, à pressão constante e com todos os produtos de combustão retornando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. A determinação do PCS se fará com base no método ISO 6976:2016, ou suas revisões posteriores, em base seca, com ARREDONDAMENTO até o primeiro algarismo inteiro. Sua unidade de medida será kcal/m<sup>3</sup> (QUILOCALORIA por METRO CÚBICO). Para conversão de unidades, será considerado 1 caloria igual a 4,1855 Joules.

**PONTO DE ENTREGA OU PONTO DE ENTRADA:** significa a localidade física no SISTEMA DE TRANSPORTE, a jusante do CONTRATO MIDSTREAM, onde (i) o GÁS ingressa no SISTEMA DE TRANSPORTE, (ii) é entregue pelas SUPRIDORAS (ou por terceiro por esta indicado) para a custódia e transporte do TRANSPORTADOR, e (iii) onde é realizada a transferência da propriedade do GÁS das SUPRIDORAS para a COMPRADORA nas condições estabelecidas no CONTRATO e no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.

**PONTO DE SAÍDA:** local físico no SISTEMA DE TRANSPORTE onde o GÁS é colocado pelo TRANSPORTADOR à disposição para recebimento da COMPRADORA.

**PREÇO DO GÁS:** significa o PREÇO DO GÁS FIRME, PREÇO DO GÁS INTERRUPTÍVEL, PREÇO DO GÁS FLEXÍVEL ou PREÇO DO GÁS PUT, conforme o caso.

**PREÇO DO GÁS FIRME (PGF):** significa o preço do GÁS, em R\$/m<sup>3</sup> (Reais por METRO CÚBICO), calculado conforme disposto no CONTRATO e no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.

**PREÇO DO GÁS FLEXÍVEL (PGFL):** significa o preço do GÁS, em R\$/m<sup>3</sup> (reais por METRO CÚBICO), calculado e reajustado conforme disposto no CONTRATO e na NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO aplicável.

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Valença De Sousa, Roberto Cobo Zanella, Sheila Mayane Barbosa De Santana Correa, Jacinto Junior De Sousa, Rafael Procaci Da Cunha, Rafaela Campos Furtado e Marcelo Campos Magalhães. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código [REDACTED]



**PREÇO DO GÁS INTERRUPTÍVEL (PGI):** significa o preço do GÁS para a MODALIDADE INTERRUPTÍVEL, nos termos estabelecidos em 3.1.3.3.

**PREÇO DO GÁS PUT (PGP):** significa o preço do GÁS, em R\$/M<sup>3</sup> (Reais por METRO CÚBICO), calculado conforme disposto no CONTRATO e no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.

**PRESSÃO DE FORNECIMENTO:** significa a pressão manométrica medida imediatamente a jusante do PONTO DE ENTREGA.

**PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO:** significa a pressão máxima de operação admissível, conforme definido na norma NBR 12712:2002 – Projeto de Sistemas de Transmissão e Distribuição de Gás Combustível ou similar, informada pela COMPRADORA, no respectivo sistema interno de movimentação de gás, ou no sistema de distribuição de terceiro por ela contratado, interligado ao PONTO DE ENTREGA, conforme definido nas CONDIÇÕES DE ENTREGA.

**PRESSÃO MÁXIMA DE FORNECIMENTO:** significa a pressão manométrica máxima de operação no PONTO DE ENTREGA, conforme definido nas CONDIÇÕES DE ENTREGA.

**PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO:** significa a pressão manométrica mínima de operação no PONTO DE ENTREGA, conforme definido nas CONDIÇÕES DE ENTREGA.

**QUALIDADE DO GÁS:** significa o conjunto de parâmetros referentes à composição e a propriedades físico-químicas do gás especificados pela Resolução ANP nº 16 de 17/06/2008, ou outra que venha a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente, ou qualquer outra deliberação ou autorização por parte da própria ANP ou qualquer outro órgão competente que expressamente autorize a comercialização do GÁS com base em outros requisitos.

**QUANTIDADE DE GÁS:** significa determinado volume de GÁS em METROS CÚBICOS nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO para número inteiro, seja para a MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL, MODALIDADE INTERRUPTÍVEL, MODALIDADE FLEXÍVEL ou para a MODALIDADE PUT, conforme o caso.

**QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA (QDA):** significa a QUANTIDADE DE GÁS em base diária que tenha sido efetivamente programada pelo TRANSPORTADOR, no âmbito dos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA e CONTRATOS DE TRANSPORTE DE SAÍDA, relacionada à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) deste CONTRATO.

**QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC):** significa a QUANTIDADE DE GÁS máxima na MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL objeto dos compromissos de fornecimento e recebimento estabelecidos neste CONTRATO.

**QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA PUT (QDCP):** significa a QUANTIDADE DE GÁS em base diária prevista na CLÁUSULA PRIMEIRA – QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA, que é objeto dos compromissos de entrega e recebimento estabelecidos neste CONTRATO para a MODALIDADE PUT.

**QUANTIDADE DIÁRIA MÁXIMA CONTRATADA POR PONTO DE ENTREGA (QDM):** significa a QUANTIDADE DE GÁS máxima contratada que, no DIA, a COMPRADORA poderá solicitar para entrega pelas SUPRIDORAS em cada PONTO DE ENTREGA, conforme estabelecido na tabela constante no Anexo II.

**QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN):** significa a QUANTIDADE DE GÁS que, conforme o caso (i) as SUPRIDORAS nominam ao TRANSPORTADOR e que será por ela disponibilizada no PONTO DE ENTRADA, em um determinado DIA, no contexto do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA ou (ii) a COMPRADORA nomina ao TRANSPORTADOR, em um determinado DIA, para que o TRANSPORTADOR disponibilize no PONTO DE SAÍDA, no contexto do CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA, ambas relativas à prestação do serviço de transporte referente ao GÁS objeto deste CONTRATO.

**QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA PUT (QDNP):** significa a QUANTIDADE DE GÁS nominada pelas SUPRIDORAS à COMPRADORA, em determinado DIA, em cada PONTO DE ENTREGA na MODALIDADE PUT, conforme item 8.6 e subitens, limitada à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA PUT (QDCP).

**QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP):** significa a QUANTIDADE DE GÁS que as SUPRIDORAS tenham programado para, no DIA, disponibilizar à COMPRADORA ou terceiro por ela contratado com base na QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA pela COMPRADORA, seja para a MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL, para a MODALIDADE INTERRUPTÍVEL, para a MODALIDADE FLEXÍVEL ou para a



MODALIDADE PUT, conforme o caso, no PONTO DE ENTREGA, conforme Cláusula 8 – PROGRAMAÇÃO E FORNECIMENTO DO GÁS.

**QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA FIRME (QDPF):** significa a QUANTIDADE DE GÁS que as SUPRIDORAS tenham programado para, no DIA, disponibilizar à COMPRADORA ou terceiro por ela contratado na MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL e/ou na MODALIDADE INTERRUPTÍVEL.

**QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA FLEXÍVEL (QDPFL):** significa a QUANTIDADE DE GÁS que as SUPRIDORAS tenham programado para, no DIA, disponibilizar à COMPRADORA, ou terceiro por ela contratado, atendendo à solicitação da COMPRADORA realizada através da NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO, na MODALIDADE FLEXÍVEL.

**QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA PUT (QDPP):** significa a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA PUT, obtida na forma do item 8.6.2

**QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR):** significa a QUANTIDADE DE GÁS efetivamente retirada pela COMPRADORA no DIA, apurada no PONTO DE ENTREGA, seja para a MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL ou para a MODALIDADE INTERRUPTÍVEL, conforme o caso.

**QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA Base (QDR<sub>base</sub>):** significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada conforme item 17.9.1.1 e seus subitens.

**QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA FIRME (QDRF):** significa a QUANTIDADE DE GÁS efetivamente retirada pela COMPRADORA, no DIA, dentro da MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL.

**QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA FLEXÍVEL (QDRFL):** significa a QUANTIDADE DE GÁS efetivamente retirada pela COMPRADORA, no DIA, dentro da MODALIDADE FLEXÍVEL.

**QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA INTERRUPTÍVEL (QDRI):** significa a QUANTIDADE DE GÁS efetivamente retirada pela COMPRADORA, no DIA, dentro da MODALIDADE INTERRUPTÍVEL.

**QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA REDUÇÃO (QDR<sub>redução</sub>):** significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada conforme item 17.9.2 e seus subitens.

**QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA PUT (QDRP):** significa a QUANTIDADE DE GÁS efetivamente retirada pela COMPRADORA, no DIA, dentro da MODALIDADE PUT.

**QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA TOTAL (QDRT):** significa a QUANTIDADE DE GÁS em base diária que tenha sido efetivamente retirada pela COMPRADORA, relacionada à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) da MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL, MODALIDADE INTERRUPTÍVEL, MODALIDADE FLEXÍVEL e MODALIDADE PUT, quando aplicada, observada a regra de alocação estabelecido no item 8.7.1 do ANEXO III

**QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS):** significa a QUANTIDADE DE GÁS solicitada pela COMPRADORA para determinado DIA, estabelecida por PONTO DE ENTREGA, seja para a MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL ou para a MODALIDADE INTERRUPTÍVEL, conforme o caso, de acordo com a CLÁUSULA 8 – PROGRAMAÇÃO E FORNECIMENTO DO GÁS.

**QUANTIDADE FALTANTE FIRME (QFF):** significa a parcela da QUANTIDADE FALTANTE atrelada à QUANTIDADE PROGRAMADA FIRME, calculada conforme item 8.5.1.

**QUANTIDADE FALTANTE FLEXÍVEL (QFFL):** significa a parcela da QUANTIDADE FALTANTE atrelada à QUANTIDADE PROGRAMADA FLEXÍVEL, calculada na forma do item 8.5.1

**QUANTIDADE FALTANTE PUT (QFP):** significa a parcela da QUANTIDADE FALTANTE atrelada à QUANTIDADE PROGRAMADA PUT, calculada na forma do item 8.5.1.

**QUANTIDADE MEDIDA (QM):** significa a quantidade de GÁS, expressa em METROS CÚBICOS nas CONDIÇÕES BASE, entregue a cada DIA pelas SUPRIDORAS à COMPRADORA ou a terceiro por ela contratado no PONTO DE ENTREGA, conforme apuração realizada nos termos da CLÁUSULA 11 – MEDIÇÃO DO GÁS.

**QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR):** significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada na forma do item 2.2.4.

**QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR):** significa o saldo de QUANTIDADE DE GÁS acumulado pela COMPRADORA em decorrência de pagamentos efetuados às SUPRIDORAS de QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) conforme item 2.2.6.



**QUANTIDADE RECUPERADA PELA COMPRADORA (QRC):** significa a QUANTIDADE DE GÁS recuperada pela COMPRADORA do saldo remanescente de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR) conforme item 2.2.7.

**RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM):** significa o valor do compromisso mínimo de retirada do GÁS da COMPRADORA relacionado apenas com a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL, na forma do item 2.2.2. O valor do RMM será faturado na forma do ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL, sendo recuperável na forma do item 2.2.7 e seus subitens.

**REPRESENTANTES:** significam, em relação a qualquer das PARTES, quaisquer diretores, conselheiros, administradores, empregados, contratados, subcontratados, prepostos a qualquer título, auditores, advogados, consultores, comitentes ou AFILIADA, ou, ainda, qualquer pessoa física ou jurídica que participou de negociações entre as PARTES e/ou teve acesso a informações confidenciais.

**SENTENÇA ARBITRAL:** significa a decisão final do TRIBUNAL ARBITRAL proferida em procedimento de ARBITRAGEM.

**SISTEMA DE MEDIÇÃO:** significa o conjunto dos elementos primários e secundários de medição de vazão, temperatura e pressão e, caso existam, analisadores, conversores, transmissores, computadores de vazão, integradores e registradores, que possibilitam a medição do gás natural fornecido pelas SUPRIDORAS no PONTO DE ENTRADA.

**SISTEMA DE TRANSPORTE:** significa o sistema formado por gasodutos de transporte interconectados e por outras instalações de propriedade do TRANSPORTADOR, necessárias à manutenção de sua estabilidade, confiabilidade e segurança, nos termos da regulação da ANP.

**TRANSPORTADOR:** significa a empresa devidamente autorizada pela ANP para exercer a atividade de transporte de gás natural por meio de duto.

**TRIBUNAL ARBITRAL:** significa o tribunal referido na Cláusula 15 – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO.

**TRIBUTO:** significa impostos, taxas, encargos, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e/ou contribuições especiais, incluindo juros, multas, penalidades, correção monetária e acréscimos fiscais com respeito a esses ou ao cumprimento das obrigações acessórias que venham a ser criados, apurados, cobrados, demandados ou exigidos por [REDACTED] ES GOVERNAMENTAIS. [REDACTED]

**USUÁRIO(S):** pessoa física ou jurídica cuja unidade usuária esteja conectada à rede de distribuição da COMPRADORA e cujo GÁS a ser utilizado será comercializado com exclusividade pela COMPRADORA.

**USUÁRIO LIVRE:** consumidor de GÁS que, nos termos legais, tem a opção de adquirir o GÁS de qualquer agente comercializador.

**VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR):** significa a indenização pela resolução antecipada do Contrato, definida conforme item 16.4.

**ZONA DE ENTREGA:** significa o conjunto de PONTOS DE ENTREGA, caso existentes, definidos no Contrato e no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.



**ANEXO II ao CONTRATO Nº 001/2023**

**firmado entre a PETRORECÔNCAVO S.A. e suas AFILIADAS ("SUPRIDORAS")**

**e a COPERGÁS ("COMPRADORA")**

**em 04/07/2023**

**PROPOSTA COMERCIAL PARA VENDA DE GÁS NATURAL**

**Mês de Apresentação da Proposta: xxx/2023**

**Comercializadora: PetroRecôncavo S/A, SPE Miranga S/A e Potiguar E&P S.A.**

<b>Produto / Modalidade</b>	Firme + Flexível
<b>Segmento</b>	Concessionária
<b>Ponto de Entrada</b>	Pojuca/BA – Guamaré/RN, ou qualquer outro ponto do portfólio
<b>Ponto de Saída</b>	A ser informado por Copergas mediante notificação até 15 dias antes do início do Contrato
<b>Data de início de fornecimento e Prazo do Contrato</b>	assinatura até 31/12/2033, observado o exposto na Cláusula Segunda do CONTRATO Data de INÍCIO DE FORNECIMENTO: 01/01/2024
<b>QDC m³/dia</b>	QDC Firme – 2024: 150.000 m³/dia (+ Flexível) 2025 a 2033: 250.000 m³/dia (+ Flexível)  QDC Put – Não aplicável, de maneira que qualquer referência a QDC PUT no Contrato e seus anexos deve ser interpretado com valor atribuído igual a 0 (zero).
<b>Transporte</b>	Entrada <b>SUPRIDORAS</b> /Saída <b>COMPRADORA</b> Pass Through Item 3.1.2 do Anexo III – Termos e Condições/ Contratação a cargo da COMPRADORA
<b>Encargo de Capacidade</b>	100% Pass Through Transporte/base diária Item 3.1.2.3 do Anexo III – Termos e Condições
<b>Compromisso de Retirada – ToP</b>	80% Mensal Cláusula 2 do Anexo III – Termos e Condições
<b>Recuperação ToP QPNR</b>	100% Faixa De recuperação 80 a 100%; Base Mensal/Recuperação em até 120 dias após o término do Contrato Mediante Contratação do Transporte



<b>Delivery or Pay</b>	100%
<b>Penalidade por Falha de Fornecimento / Falha de Programação</b>	30% 30% x (PM) Item 14.1 do Anexo III – Termos e Condições
<b>E-prog Transporte</b>	Pass Through De acordo com o contrato Master Transportador
<b>Preço da Molécula</b>	<b>PARCELA DE MOLÉCULA FIRME (PMF):</b> 2023 a 2033 - 11.8% Brent Preço Brent publicada pela ICE. Preço Piso US\$ 70,00 para o preço do Brent ICE – (Corrigido anualmente pelo CPI-U em 1º. de fev de cada ano- ref. Dez. a Dez. ano anterior) 3.1.3 do Anexo III – Termos e Condições/ Preço Teto US\$ 130,00 para o preço do Brent ICE – (Corrigido anualmente CPI-U em 1º. de fev de cada ano- ref. Dez. a Dez. ano anterior)  <b>MODALIDADE INTERRUPTÍVEL : Igual a PARCELA DE MOLÉCULA FIRME (PMF)</b>  <b>PARCELA DE MOLÉCULA PUT (PMP): N/A</b>
<b>Preço da Molécula (Flexível)</b>	Qualquer quantidade adicional aplicável dentro da MODALIDADE FLEXÍVEL, deverá ser observada a NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO
<b>Reajuste do Preço da Modalidade Firme</b>	Trimestral 1º fevereiro - 1º maio– 1º agosto– 1º novembro Média (M-4 M-3 e M-2) Item 3.1.3.1 do Anexo III – Termos e Condições
<b>Indexadores</b>	US\$ - Brent – Tabela publicada pela ICE Brent Preço Piso e Teto -corrigidos anualmente pela CPI-U Transporte Pass Through
<b>Faturamento</b>	Mensal Apresentação fatura até 5º dia Útil Pagamento até 10º dia Útil Cláusula 4 do Anexo III – Termos e Condições
<b>Parada Programada dias/ano</b>	720 horas por ano Notificação Prévia prevista em contrato Cláusula 13 do Anexo III – Termos e Condições
<b>Parada Não Programada dias/ano</b>	10 x QDC/Ano



	Mediante paralisação das UPGN's Petrobras Cláusula 13 do Anexo III – Termos e Condições
<b>Caso Fortuito e Força Maior</b>	Previsto Cláusula 17 do Anexo III – Termos e Condições
<b>Tributos</b>	Proposta e condições sem TRIBUTOS Tributação de acordo com a legislação vigente e alterada mediante novos decretos e decisões governamentais
<b>Garantia de Pagamento</b>	Mediante avaliação de Rating Cláusula 7 do Anexo III – Termos e Condições
<b>VIR</b>	Significa o VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO pela resolução antecipada do CONTRATO, para este contrato será de 30% - Cláusula 16 e 16.4 do Anexo III – Termos e Condições



## ANEXO III – TERMOS E CONDIÇÕES

### CLÁUSULA 1 – QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC)

1.1 Durante o prazo de vigência do presente CONTRATO, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) será aquela definida no Contrato e no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.

1.2 A qualquer momento, desde que haja interesse de ambas as PARTES, poderá ser acordada uma nova QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) mediante aditivo contratual.

1.3 A partir da data do INÍCIO DO FORNECIMENTO, caso um ou mais USUÁRIOS opte(m) pela migração para a condição de USUÁRIO LIVRE, conforme qualificado pela LEI aplicável, e passe(m) a ser supridos diretamente pelas SUPRIDORAS ou por empresa afiliada das SUPRIDORAS, deixando assim de consumir o GÁS regularmente fornecido pela COMPRADORA por meio do presente CONTRATO, a QDC poderá ser reduzida pela QUANTIDADE DE GÁS que o(s) USUÁRIO(S) FINAL(is) que optou(aram) pela condição de USUÁRIO LIVRE tenha(m) deixado de consumir da COMPRADORA e passem a consumir diretamente das SUPRIDORAS, mediante a solicitação via NOTIFICAÇÃO da COMPRADORA às SUPRIDORAS e a celebração de aditivo contratual. A COMPRADORA deverá informar às SUPRIDORAS, por meio de NOTIFICAÇÃO enviada com antecedência mínima de 90 (noventa) DIAS, o volume que pretende reduzir da QDC, comprovando que o mesmo corresponde proporcionalmente à redução solicitada pelo(s) usuário(s) que solicitou(aram) migração para o mercado livre para ser atendido pelas SUPRIDORAS. As SUPRIDORAS se comprometem a celebrar aditivos contratuais com a COMPRADORA para registrar as reduções da QDC acordadas no prazo de até 60 (sessenta) DIAS a contar do recebimento, pelas SUPRIDORAS, da NOTIFICAÇÃO da COMPRADORA, cabendo à COMPRADORA definir a data que constará do aditivo como marco para início da redução da QDC.

1.3.1 Caso a COMPRADORA não envie notificação às SUPRIDORAS, solicitando a redução da QDC, permanecerão válidas: (i) a QDC pactuada neste CONTRATO ou (ii) a QDC ajustada através de aditivos anteriores e (iii) a PARCELA DO TRANSPORTE em sua integralidade.

1.3.2 O item 1.2 deste CONTRATO não é aplicável caso a COMPRADORA já tenha obtido redução de QDC em decorrência da migração do mesmo USUÁRIO FINAL para a condição de USUÁRIO LIVRE em outro contrato vigente entre as partes.

1.4 No caso de a COMPRADORA comprovar a redução da demanda de gás natural do mercado cativo do Estado de Pernambuco em razão da migração de um ou mais usuários para a condição de USUÁRIO LIVRE para outro supridor diferente das SUPRIDORAS ou de AFILIADA das SUPRIDORAS, deixando assim de adquirir o GÁS regularmente fornecido pela COMPRADORA, a QDC deste CONTRATO poderá ser reduzida no máximo até a proporção da QDC deste CONTRATO em relação às quantidades diárias contratuais firmes de todos os demais contratos de compra e venda de gás natural que a COMPRADORA detiver com as SUPRIDORAS e de todos os demais contratos de compra e venda de gás natural firme que a COMPRADORA detiver com outros produtores, importadores, supridores, carregadores ou comercializadores de gás natural no momento da referida redução no estado de Pernambuco, mediante solicitação e comprovação da COMPRADORA às SUPRIDORAS da migração do USUÁRIO FINAL para a condição de USUÁRIO LIVRE e a celebração de aditivo(s) contratual(is), observados os subitens seguintes.

1.5 As reduções na QDC de que trata o item 1.3 deverão ser requisitadas por meio de NOTIFICAÇÃO da COMPRADORA às SUPRIDORAS, contendo a comprovação da migração do(s) USUÁRIO(S) FINAL(IS) para a condição de USUÁRIO LIVRE, mediante envio de cópia das comunicações recebidas desse(s) USUÁRIO(S) FINAL(IS), com as informações referentes à migração. As PARTES se comprometem a celebrar aditivos contratuais para formalizar as reduções da QDC no prazo de 60 (sessenta) DIAS a contar da NOTIFICAÇÃO da COMPRADORA às SUPRIDORAS acerca da migração do USUÁRIO FINAL para a condição de USUÁRIO LIVRE, cabendo à COMPRADORA definir a data que constará do aditivo como marco para início da redução da QDC.

1.6 Caso a COMPRADORA não envie notificação às SUPRIDORAS, solicitando a redução da QDC, permanecerá válida (i) a QDC pactuada neste Contrato ou (ii) a QDC ajustada através de aditivos anteriores.

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Valença De Sousa, Roberto Cobo Zanella, Sheila Mayane Barbosa De Santana Correa, Jacinto Junior De Sousa, Rafael Procaci Da Cunha, Rafaela Campos Furtado e Marcelo Campos Magalhães. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código [código]



## CLÁUSULA 2 – COMPROMISSOS DE FORNECIMENTO E RETIRADA

## 2.1 Compromisso de Fornecimento das SUPRIDORAS.

As SUPRIDORAS comprometem-se a fornecer as QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP), que atendam o previsto na CLÁUSULA 8 – PROGRAMAÇÃO E FORNECIMENTO DE GÁS sujeitando-se, em caso de não cumprimento, à penalidade estipulada no item 14.1.

2.1.1 A fim de garantir o BALANCEAMENTO do SISTEMA DE TRANSPORTE, a COMPRADORA se obriga a efetuar, junto ao TRANSPORTADOR, nominação de QUANTIDADE DE GÁS para retirada no PONTO DE SAÍDA equivalente à QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP), observando as previsões do CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA e, ainda, indicar, caso aplicável, a QUANTIDADE DE GÁS correspondente ao GÁS necessário para uso no SISTEMA DE TRANSPORTE.

2.1.2 Além da possibilidade de ajustar os desequilíbrios no **BALANCEAMENTO** mediante programação regular diária, na eventualidade de existência de saldo entre (i) a quantidade medida corrigida no **PONTO DE ENTRADA** e/ou **PONTO DE SAÍDA** e, (ii) respectivamente, a **QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA** pelo **TRANSPORTADOR** mediante nominação de **QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP)** por cada **PORTE** para o **PONTO DE ENTRADA** e/ou **PONTO DE SAÍDA**, que gere um desequilíbrio no **BALANCEAMENTO** do portfólio das **PARTES**, então:

- (a) as PARTES poderão, mediante comum acordo, efetuar entre si, a troca de titularidade do GÁS sob custódia do TRANSPORTADOR, por meio de NOTIFICAÇÕES DE TRANSAÇÃO (caso solicitado pelo TRANSPORTADOR), observadas as regras tributárias e regulatórias para troca de titularidade, bem como as previsões dos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA e CONTRATOS DE TRANSPORTE SAÍDA;
- (b) o TRANSPORTADOR deverá validar a troca de titularidade solicitada para que esta tenha efeito;
- (c) caso a troca de titularidade do GÁS seja relacionada à transferência de propriedade do GÁS das SUPRIDORAS para a COMPRADORA, então a COMPRADORA deverá pagar às SUPRIDORAS o PREÇO DO GÁS vigente à época da troca, relacionado à QUANTIDADE DE GÁS objeto de tal troca, sendo este acrescido à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para fins exclusivos do item 4.1 deste CONTRATO;
- (d) caso a troca de titularidade do GÁS seja relacionada à transferência de sua propriedade das COMPRADORAS para as SUPRIDORAS, então as SUPRIDORAS deverão pagar o PREÇO DO GÁS multiplicado pela QUANTIDADE DE GÁS objeto da troca de titularidade, acrescidos os TRIBUTOS aplicáveis. A COMPRADORA poderá compensar tal montante de quaisquer valores devidos por ela às SUPRIDORAS no âmbito deste CONTRATO, incluindo os TRIBUTOS aplicáveis a cada compra e venda.

## 2.2 Compromisso de Retirada da COMPRADORA

**2.2.1 Ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de GÁS por FALHA DE PROGRAMAÇÃO, PARADAS PROGRAMADA, PARADA NÃO PROGRAMADA ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR de qualquer PARTE, a COMPRADORA obriga-se a adquirir e retirar das SUPRIDORAS as QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS FIRME (QDPF), que atendam o previsto na CLÁUSULA 8 – PROGRAMAÇÃO E FORNECIMENTO DE GÁS.**

### 2.2.2 RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM)

2.2.3 Observadas as disposições do item 2.2 do CONTRATO e ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de GÁS por FALHA DE PROGRAMAÇÃO, PARADAS PROGRAMADAS, PARADAS NÃO PROGRAMADAS ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR de qualquer PARTE, a COMPRADORA obriga-se a, em cada MÊS, adquirir e retirar das SUPRIDORAS e, mesmo que não retire, pagar às SUPRIDORAS, a título de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), uma QUANTIDADE DE GÁS que, na média diária do correspondente MÊS, seja igual ao percentual estabelecido no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.

2.2.4 Observadas as disposições do item 2.2 do CONTRATO a apuração de QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) no MÊS, para verificação do cumprimento do compromisso de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM) pela COMPRADORA, será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$QNR_{RMM} = (F_{RMM} \times \sum_{j=1}^M QDC_j) - (QN_{PP} + QN_{FF} + QN_{FM}) - (\sum_{j=1}^M QDR_j - QRC_m), \text{ onde:}$$



$QNR_{RMM}$	É a QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) de GÁS no correspondente MÊS, para fins de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo;
$F_{RMM}$	É o percentual de RETIRADA MÍNIMA MENSAL.
$QDC_j$	É a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) vigente no DIA “j”.
M	É o número de DIAS do correspondente MÊS.
$QN_{PP}$	É a soma das QUANTIDADES DE GÁS não disponibilizadas em função de PARADAS PROGRAMADAS e PARADAS NÃO PROGRAMADAS no respectivo MÊS.
$QN_{FF}$	É o somatório das QUANTIDADES DE GÁS não disponibilizadas decorrente de FALHA DE PROGRAMAÇÃO no respectivo MÊS.
$QN_{FM}$	É o somatório das QUANTIDADES DE GÁS não disponibilizadas decorrente de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no respectivo MÊS.
$QDR_j$	É o somatório das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS (QDR) no DIA “j” em todos os PONTOS DE ENTREGA,
$QRC_m$	É o somatório das QUANTIDADES RECUPERADAS PELA COMPRADORA (QRC) no MÊS “m” de fornecimento.
j	É um determinado DIA do correspondente MÊS.

2.2.5 Observadas as disposições do item 2.2 do CONTRATO, caso em determinado MÊS seja identificada a existência de QUANTIDADES NÃO RETIRADAS (QNR), na forma do item 2.2.4, a COMPRADORA deverá pagar às SUPRIDORAS o montante previsto conforme estabelecido no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.

#### 2.2.6 **QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR) - Saldo**

Uma vez efetuado o pagamento referente à RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), as correspondentes QUANTIDADES NÃO RETIRADAS (QNR) relativas ao MÊS somar-se-ão, no fechamento do MÊS, ao saldo de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR).

2.2.6.1 Fica acertado entre as PARTES que o saldo estabelecido no item 2.2.6 deverá ser ajustado na data de INÍCIO DO FORNECIMENTO deste CONTRATO através de NOTIFICAÇÃO das SUPRIDORAS.

#### 2.2.7 **Recuperação de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR)**

A COMPRADORA recuperará as QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR) até o limite do saldo existente na forma abaixo:

(a) Durante o prazo de vigência do CONTRATO, incluindo suas eventuais prorrogações, a recuperação de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR) será automática no fechamento do MÊS e a QUANTIDADE RECUPERADA PELA COMPRADORA (QRC) será igual à QUANTIDADE DE GÁS equivalente que tenha sido retirada acima do compromisso de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), tendo como limite a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) em base mensal.

(b) Após o término do prazo de vigência do presente CONTRATO e de eventuais prorrogações, a COMPRADORA poderá recuperar o saldo das QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR), na medida da sua QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA FIRME (QDR) diariamente, até o limite dado pela QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) vigente no último DIA de vigência do CONTRATO, durante um período de até 120 (cento e vinte) dias contados da data de término do CONTRATO. Durante esse período, todas as regras continuarão aplicáveis e em vigor com relação ao GÁS a ser fornecido em tal período, exceto (i) pelos compromissos de retirada de GÁS da COMPRADORA; (ii) as regras aplicáveis a tais compromissos; e, (iii) a responsabilidade pelo CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA, pois, quando do período de recuperação do saldo das QPNR, as SUPRIDORAS não serão responsáveis pela obtenção de um contrato de transporte para a entrega do saldo das QPNR caso o CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA já esteja encerrado e as SUPRIDORAS não



consigam prorrogar o mesmo para inclusão do saldo das QPNR, cabendo, neste caso, à COMPRADORA firmar um contrato de transporte que possibilite a entrega do saldo das QPNR.

(c) Após o prazo de 120 (cento e vinte) dias previsto no item 2.2.7 (b), na hipótese de haver saldo remanescente de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR), a COMPRADORA perderá o direito à sua recuperação, sem que seja devida qualquer compensação ou devolução pelas SUPRIDORAS à COMPRADORA dos valores pagos.

2.2.7.1 Única e exclusivamente quando da recuperação que se dê após o término da vigência do CONTRATO, a COMPRADORA deverá pagar às SUPRIDORAS, quando estas conseguirem prorrogar o CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA para a inclusão do saldo das QPNR, o montante equivalente à QUANTIDADE RECUPERADA (QR) multiplicada pela PARCELA DO TRANSPORTE.

2.2.7.2 Na época da recuperação, será emitido um DOCUMENTO DE CRÉDITO.

2.2.7.3 A QUANTIDADE RECUPERADA PELA COMPRADORA (QRC) será deduzida do saldo de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR).

2.2.7.4 Na hipótese disposta no item 2.2.7(c), as SUPRIDORAS emitirão DOCUMENTO DE COBRANÇA para a COMPRADORA referente aos TRIBUTOS que sejam devidos em razão da receita que será reconhecida pelas SUPRIDORAS por ocasião do término do prazo de recuperação das QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR).

### CLÁUSULA 3 – PREÇOS DO GÁS

#### 3.1 PREÇO DO GÁS FIRME

3.1.1 O PREÇO DO GÁS FIRME (PGF), válido para a data de vencimento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA, nos PONTOS DE ENTREGA e nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, será constituído pela soma da PARCELA DE TRANSPORTE (PT), prevista no item 3.1.2, com a PARCELA DE MOLÉCULA FIRME (PMF), prevista no item 3.1.3, conforme fórmula abaixo:

$$PG = (PT + PM_t); \text{ onde:}$$

PG	É o PREÇO DO GÁS FIRME (PGF), expresso em R\$/m <sup>3</sup> com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
PT	É a PARCELA DE TRANSPORTE (PT)
PM <sub>t</sub>	É a PARCELA DE MOLÉCULA FIRME (PMF) calculada conforme estabelecida no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL expressa em R\$/m <sup>3</sup> com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

#### 3.1.2 PARCELA DE TRANSPORTE (PT)

3.1.2.1 A PARCELA DO TRANSPORTE (PT) referente aos custos de entrada e, na eventualidade de existir algum custo relacionado com os custos de saída, que venham a ser incorridos pelas SUPRIDORAS, nos PONTOS DE ENTREGA definidos pela COMPRADORA será repassada integralmente para a COMPRADORA de acordo com a PARCELA DE TRANSPORTE. Esclarecem as PARTES que a COMPRADORA se responsabilizará apenas pelo custo do seguro e demais custos efetivamente incorridos pelas SUPRIDORAS junto ao TRANSPORTADOR e citados neste item, proporcionais aos volumes efetivamente entregues ao, e/ou transportados pelo TRANSPORTADOR para atendimento do presente CONTRATO.

3.1.2.2 A COMPRADORA, neste ato, declara para os devidos fins que possui pleno conhecimento dos termos e condições estabelecidos nos modelos de contratos de transporte disponibilizados pela TRANSPORTADORA, assim como da legislação pertinente ao mesmo.

3.1.2.3 As PARTES reconhecem que a PARCELA DO TRANSPORTE significa todos e quaisquer custos relacionados com o transporte incorridos pelas SUPRIDORAS, em qualquer periodicidade, em razão da contratação do transporte das SUPRIDORAS, incluindo, mas não se limitando, o seguro demandado para a celebração do contrato de transporte, o encargo de serviço de transporte, encargo de excedente autorizado, encargo de excedente não autorizado, encargo de



gás para uso no sistema - GUS, encargo de custos fixos de compra e venda de gás, encargo de empacotamento, encargo de capacidade-congestionamento, penalidades de variação de programação diária penalidade por desequilíbrio e eventual penalidade por rescisão antecipada dos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA. Dessa forma, as PARTES concordam que qualquer mudança no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE por eles celebrado, deverá ser considerado no presente CONTRATO. As PARTES reconhecem, ainda, que eventuais limitações aos montantes indenizáveis, prazos de recebimento, limites e condições gerais previstos nos CONTRATOS DE TRANSPORTE serão igualmente aplicáveis ao presente CONTRATO, não gerando nenhuma obrigação suplementar às SUPRIDORAS no sentido de indenizar montantes a maior do que efetivamente tenham sido recebidos do TRANSPORTADOR.

3.1.2.4 No que se refere especificamente à PARCELA DE TRANSPORTE, nas situações em que qualquer ato ou omissão do TRANSPORTADOR ou de outros carregadores que utilizem o SISTEMA DE TRANSPORTE gere um prejuízo à outra PARTE (incluindo as situações de falha no serviço de transporte, entrega de gás fora de especificação, dentre outras), a PARTE que repassar tal custo tomará as medidas razoáveis para cobrar todas as compensações financeiras (indenizações, penalidades, multas) devidas pelo TRANSPORTADOR e/ ou por demais carregadores decorrentes do respectivo ato ou omissão que sejam devidas no âmbito dos CONTRATOS DE TRANSPORTE, ou com base na LEI aplicável e repassá-las, na medida em que recebidas, à PARTE cujo custo foi repassado. As PARTES reconhecem que eventuais limitações aos montantes indenizáveis, prazos de recebimento, limites e condições gerais previstas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE serão igualmente aplicáveis ao presente CONTRATO, não gerando nenhuma obrigação suplementar à PARTE que repassar o custo no sentido de indenizar determinados montantes, ou montantes a maior do que efetivamente tenham sido recebidos do TRANSPORTADOR ou de qualquer carregador, conforme aplicável.

3.1.2.5 Caso seja instaurada qualquer controvérsia no âmbito dos CONTRATOS DE TRANSPORTE sobre o pagamento da compensação financeira pelo TRANSPORTADOR ou carregador(es), conforme o item 3.1.2.4: (i) a PARTE titular do direito relacionado a tal compensação financeira manterá a outra PARTE informada sobre todas as negociações e medidas que estejam sendo tomadas para a cobrança da compensação financeira aplicável; (ii) caso a outra PARTE entenda que a controvérsia deva ser discutida através da propositura de uma ação judicial ou instauração de um procedimento arbitral, as PARTES deverão acordar a melhor estratégia, sempre em conformidade com as boas práticas, legislação aplicável e os mecanismos de resolução de controvérsias estabelecidos nos CONTRATOS DE TRANSPORTE; (iii) as PARTES concordam que caberá à PARTE que irá arcar com o custo objeto da demanda a escolha dos assessores jurídicos responsáveis pelo procedimento arbitral ou ação judicial, conforme o caso, sendo que essa mesma PARTE será a única responsável pelo pagamento dos honorários dos assessores, dos custos do procedimento arbitral ou ação judicial, bem como de eventual honorários de sucumbência.

3.1.2.6 As PARTES reconhecem que a PARCELA DE TRANSPORTE corresponde a um repasse dos valores pagos pelas SUPRIDORAS ao TRANSPORTADOR pela prestação do serviço de transporte de entrada que foi contratado pelas SUPRIDORAS para atendimento deste CONTRATO, formalizado através do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA. Dessa forma, as PARTES concordam que qualquer mudança do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA relativos à PARCELA DE TRANSPORTE, à eventuais valores que venham a ser relacionados diretamente com tal mudança deverá ser refletida no presente CONTRATO aqui incluindo eventuais reflexos ocasionados pela rescisão antecipada dos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA por força da rescisão deste CONTRATO.

### 3.1.3 PARCELA DE MOLÉCULA FIRME (PMF)

3.1.3.1 A PARCELA DE MOLÉCULA FIRME (PMF) do PREÇO DO GÁS na MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL será apurada conforme indicado no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL, pela aplicação da fórmula abaixo com os índices previstos no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.

$$PM_t = (X\% \times Brent_t \times TC_t) \div 26,8081 ; \text{ onde:}$$

$PM_t$	É a PARCELA DE MOLÉCULA (PM) na MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL calculada trimestralmente (t), em R\$/m <sup>3</sup> , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
--------	---



X	Percentual a ser fornecido no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL
Brent <sub>t</sub>	É a média das cotações diárias do Brent ICE publicadas no <i>Ice Report</i> , referente aos meses m-4, m-3 e m-2, com arredondamento na quarta casa decimal, em US\$/bbl, sendo "m" o primeiro mês do período de cálculo da Parcela de Molécula (PM), observado o estabelecido no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.
TC <sub>t</sub>	É a média das taxas diárias de câmbio comercial de venda do dólar norte-americano divulgadas no SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil, série código 001, com quatro casas decimais, relativas aos meses m-4, m-3 e m-2, sendo "m" o primeiro mês do período de cálculo do valor da Parcela de Molécula (PM), observada a periodicidade estabelecida no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.

3.1.3.2 Não obstante o estabelecido em 3.1.3.1 acima, as PARTES decidem que a PARCELA DA MOLÉCULA FIRME (PMF) atenderá aos limites de Preço Piso e Preço Teto do Barril de Brent, conforme os valores e índice de reajuste estabelecidos no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.

3.1.3.3 Para o PREÇO DO GÁS INTERRUPTÍVEL será utilizada a PARCELA DE MOLÉCULA FIRME.

#### 3.1.4 PREÇO DO GÁS FLEXÍVEL (PGFL)

3.1.4.1 O PREÇO DO GÁS FLEXÍVEL (PGFL), válido para a data de vencimento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA nos PONTOS DE ENTREGA e nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, quando aplicável, será constituído pela soma da PARCELA DA MOLÉCULA FLEXÍVEL (PMFL) com a PARCELA DO TRANSPORTE (PT), conforme fórmula abaixo, com ARREDONDAMENTO em quatro casas decimais, e será atualizado de acordo com o estabelecido nos subitens 3.1.9 e 3.1.10.

$$PG = (PT + PM_i); \text{ onde:}$$

PG	É o PREÇO DO GÁS FLEXÍVEL (PGFL), expresso em R\$/m <sup>3</sup> com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
PT	É a PARCELA DE TRANSPORTE (PT)
PM <sub>i</sub>	É a PARCELA DE MOLÉCULA FLEXÍVEL (PMFL), quando aplicável, calculada de acordo com a cláusula 3.1.5 do Anexo III expressa em R\$/m <sup>3</sup> com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

#### 3.1.5 PARCELA DE MOLÉCULA FLEXÍVEL (PMFL)

3.1.5.1 A PARCELA DE MOLÉCULA FLEXÍVEL (PMFL) do PREÇO DO GÁS FLEXÍVEL (PGFL) será aplicável à QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA FLEXÍVEL pela aplicação de fórmula definida na NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO, nos termos do ANEXO IV.

3.1.6 Alternativamente, as PARTES poderão celebrar uma NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO mediante envio de e-mail pelas SUPRIDORAS e ratificação dos termos da NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO pela COMPRADORA, através dos endereços eletrônicos especificados abaixo:

- (i) Para a COMPRADORA: [Rafael.mendes@copergas.com.br](mailto:Rafael.mendes@copergas.com.br), e os demais em cópia [roberto.zanella@copergas.com.br](mailto:roberto.zanella@copergas.com.br), [jacinto.sousa@copergas.com.br](mailto:jacinto.sousa@copergas.com.br),
- (ii) Para as SUPRIDORAS: [gasnatural@petroreconcavo.com.br](mailto:gasnatural@petroreconcavo.com.br); [joaovitor@petroreconcavo.com.br](mailto:joaovitor@petroreconcavo.com.br); [alairson.filho@petroreconcavo.com.br](mailto:alairson.filho@petroreconcavo.com.br); ou [rafaela.furtado@petroreconcavo.com.br](mailto:rafaela.furtado@petroreconcavo.com.br), sempre com os demais em cópia.

#### 3.1.7 PREÇO DO GÁS PUT (PGP)

3.1.7.1 O PREÇO DO GÁS PUT (PGP), válido para a data de vencimento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA nos PONTOS DE ENTREGA e nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, quando aplicável, será constituído pela soma da PARCELA DA MOLÉCULA PUT (PMP) com a PARCELA DO TRANSPORTE (PT), conforme fórmula abaixo, com ARREDONDAMENTO em quatro casas decimais, e será atualizado de acordo com o estabelecido nos subitens 3.1.9 e 3.1.10.



$$PG = (PT + PM_p); \text{ onde:}$$

PG	É o PREÇO DO GÁS PUT (PGP), expresso em R\$/m³ com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
PT	É a PARCELA DE TRANSPORTE (PT)
PM <sub>p</sub>	É a PARCELA DE MOLÉCULA PUT (PMP), quando aplicável, calculada de acordo com a cláusula 3.1.8 do Anexo III expressa em R\$/m³ com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

### 3.1.8 PARCELA DA MOLÉCULA PUT (PMP)

3.1.8.1 A PARCELA DA MOLÉCULA PUT (PMP) será apurada conforme indicado no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL, pela aplicação da fórmula abaixo com os índices previstos no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.:

$$PM_p = (X\% \times \text{Brent} \times TC_t) \div 26,8081 ; \text{ onde:}$$

PM <sub>p</sub>	É a PARCELA DE MOLÉCULA PUT (PMP) na MODALIDADE PUT calculada em R\$/m³, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
X	Percentual a ser fornecido no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL
Brent	É a média das cotações diárias do Brent ICE publicadas no <i>Ice Report</i> , referente aos meses m-4, m-3 e m-2, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, em US\$/bbl, sendo "m" o primeiro mês do período de cálculo da PARCELA DE MOLÉCULA (PM), observado o estabelecido no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.
TC <sub>t</sub>	É a média das taxas diárias de câmbio comercial de venda do dólar norte-americano divulgadas no SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil, série código 001, com quatro casas decimais, relativas aos meses m-4, m-3 e m-2, sendo "m" o primeiro mês do período de cálculo do valor da Parcela de Molécula (PM), observada a periodicidade estabelecida no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.

3.1.9 O PREÇO DO GÁS não inclui quaisquer TRIBUTOS existentes, devidos em decorrência direta deste Contrato ou de sua execução, os quais serão considerados no valor total faturado por ocasião do faturamento.

3.1.10 Para o cálculo do PREÇO DO GÁS, em R\$/m³ (Reais por Metro Cúbico), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, conforme apresentados nesta cláusula, todos os preços, parcelas, coeficientes e índices serão calculados com ARREDONDAMENTO em 04 (quatro) casas decimais.

## CLÁUSULA 4 – FATURAMENTO

### 4.1 Periodicidade dos Faturamentos e outras Cobranças.

O fornecimento de GÁS, assim como quaisquer valores devidos por qualquer PARTE no âmbito do presente CONTRATO, será faturado mensalmente, após o correspondente MÊS a que se refira, através da emissão dos respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA, ou seja, o PERÍODO DE FATURAMENTO será o período de fornecimento compreendido entre o dia primeiro e o último dia do mês calendário.

### 4.2 Faturamento regular do GÁS.

Pelo fornecimento de GÁS em um dado PERÍODO DE FATURAMENTO, o valor do faturamento será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$F = \sum_{i=1}^n (QDA_i + NTC_i) \times P \text{ onde:}$$



F	é o valor do faturamento, a ser pago pela COMPRADORA, na forma prevista neste CONTRATO.
QDA <sub>i</sub>	é a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA (QDA) em cada DIA do MÊS em questão.
NTC <sub>i</sub>	é a QUANTIDADE DE GÁS comercializada no DIA "i" por meio de NOTIFICAÇÕES DE TRANSAÇÃO para compra e venda de gás sem programação de transporte, relativo às ações de BALANCEAMENTO previstas no item 2.1.2.
P	é o preço para a entrega da QUANTIDADE DE GÁS no último DIA do MÊS, devendo ser considerado para o PREÇO DO GÁS FIRME (PG) e o PREÇO DO GÁS INTERRUPTÍVEL (PGI) o disposto no item 3.1, para o PREÇO DO GÁS FLEXÍVEL (PGFL), o disposto no item 3.1.4, ou para o PREÇO DO GÁS PUT (PGP), o disposto no item 3.1.7, conforme o caso.
i	Corresponde a cada DIA do PERÍODO DE FATURAMENTO.
N	Corresponde ao total DIAS do PERÍODO DE FATURAMENTO.

#### **4.3 Faturamentos pelo não atendimento aos compromissos de retirada do GÁS da COMPRADORA.**

O valor a ser pago pela COMPRADORA às SUPRIDORAS caso seja apurada QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) em determinado MÊS, na forma do item 2.2.4, será o produto da QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) vinculada à PARCELA DA MOLÉCULA vigente no último DIA do QUANTIDADE em questão, conforme a seguinte fórmula:

$$F_{TOPM} = QNR_{RMM} \times PM, \text{ onde}$$

F <sub>TOPM</sub> :	é o valor a ser pago pela COMPRADORA em razão do não cumprimento do compromisso de RETIRADA MÍNIMA MENSAL estabelecido no item 2.2.2;
QNR <sub>RMM</sub> :	é a QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR <sub>RMM</sub> ) no MÊS; e
PM:	é o valor da PARCELA DA MOLÉCULA FIRME, ou o valor da PARCELA DA MOLÉCULA FLEXÍVEL ou o valor da PARCELA DA MOLÉCULA PUT vigente no último DIA do MÊS.

4.3.1 Será emitido DOCUMENTO DE COBRANÇA referente à RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM) incorrida pela COMPRADORA, no qual serão incluídos os TRIBUTOS devidos.

4.3.2 As SUPRIDORAS poderão, a seu exclusivo critério, em determinado MÊS, não emitir o DOCUMENTO DE COBRANÇA referente à RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM) incorrida pela COMPRADORA, desde que NOTIFIQUE a COMPRADORA sobre esta decisão no mesmo prazo estabelecido para a emissão dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA, conforme item 5.1. A não emissão do DOCUMENTO DE COBRANÇA a critério das SUPRIDORAS referida neste item e o consequente não pagamento pela COMPRADORA do valor a ele correspondente não criam para a COMPRADORA qualquer direito ou expectativa de direito à recuperação posterior desses volumes de GÁS.

4.3.3 Aa SUPRIDORAS poderão, a seu exclusivo critério, não emitir o DOCUMENTO DE COBRANÇA referente à RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), relativa ao período de alegação de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR pela COMPRADORA e aos volumes impactados pelo suposto evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, incorrida pela COMPRADORA e efetivamente devidas em razão do não reconhecimento posterior da efetiva ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no referido período, desde que as SUPRIDORAS notifiquem a COMPRADORA em até 60 (sessenta) DIAS após o envio de NOTIFICAÇÃO, pelas SUPRIDORAS, com discordância em relação à caracterização do evento como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR. A não emissão do DOCUMENTO DE COBRANÇA a critério das SUPRIDORAS referida neste item e o consequente não pagamento pela COMPRADORA do valor a ele correspondente não criam para a COMPRADORA qualquer direito ou expectativa de direito à recuperação posterior desses volumes de GÁS.

#### **4.4 Encargos Moratórios.**

No caso de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, o valor em atraso estará sujeito a atualização monetária calculada com base na variação do IGP-M, ou outro índice que o suceder, acrescido de juros de 1% (um por cento) pró-rata tempore, desde o vencimento da obrigação até a sua efetiva liquidação, além de MULTA de 2% (dois por cento) sob o valor total do pagamento atualizado. O cálculo deverá considerar 4 (quatro) casas decimais para ARREDONDAMENTO.

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Valença De Sousa, Roberto Cobo Zanella, Sheila Mayane Barbosa De Santana Correa, Jacinto Junior De Sousa, Rafael Procaci Da Cunha, Rafaela Campos Furtado e Marcelo Campos Magalhães. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código [código]



## **CLÁUSULA 5 – DOCUMENTOS DE COBRANÇA**

5.1 Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser apresentados até o 5º (quinto) DIA ÚTIL após o último DIA do correspondente PERÍODO DE FATURAMENTO. Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos às penalidades e os decorrentes dos compromissos mensais de retirada de GÁS serão emitidos separadamente dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos aos fornecimentos de GÁS.

5.1.1 Os valores e penalidades devidos com relação a períodos de apuração superiores a um MÊS serão faturados no MÊS imediatamente seguinte ao término do correspondente período. Demais DOCUMENTOS DE COBRANÇA, inclusive aqueles emitidos contra as SUPRIDORAS, serão emitidos com a mesma periodicidade.

5.1.2 Os DOCUMENTOS DE CRÉDITO relativos ao item 2.1.1. deverão ser emitidos e apresentados até o 5º (quinto) DIA ÚTIL após o último DIA do MÊS da apuração.

5.2 A apresentação dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA pelas SUPRIDORAS à COMPRADORA se dará prioritariamente por e-mail conforme informado na cláusula 3 - DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO do Contrato.

### **5.3 Datas de Vencimento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.**

5.3.1 A COMPRADORA deverá efetuar o pagamento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA, em moeda corrente do País, emitidos e apresentados conforme item 5.2, até o 10º (décimo) DIA ÚTIL do Mês seguinte ao que se refiram.

5.3.1.1 Em caso de apresentação dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA com atraso em relação ao prazo previsto no item 5.1, a data de vencimento será prorrogada pelo mesmo número de DIAS ÚTEIS do respectivo atraso, exceto quando o atraso decorrer de culpa da COMPRADORA.

5.3.1.2 Caso a COMPRADORA não apresente as informações pertinentes ao faturamento até o 4º (quarto) dia útil do mês seguinte ao que se refiram, o rateio será calculado na média do mês anterior e serão repassados os encargos exorbitantes referentes a emissão do DOCUMENTO DE COBRANÇA em atraso.

5.3.2 Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos à penalidade, emitidos pelas SUPRIDORAS terão vencimento no 5º (quinto) DIA ÚTIL após a respectiva emissão.

5.3.3 Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA complementares e/ou de ajustes terão vencimento no 5º (quinto) DIA ÚTIL após a respectiva emissão.

5.3.4 Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos à penalidade, emitidos pela COMPRADORA, serão quitados pelas SUPRIDORAS através da emissão de DOCUMENTOS DE CRÉDITO.

5.3.4.1 Os DOCUMENTOS DE CRÉDITO emitidos pelas SUPRIDORAS deverão ser utilizados para abatimentos quando do pagamento de DOCUMENTOS DE COBRANÇA, indicados pela COMPRADORA através de NOTIFICAÇÃO.

5.3.4.2 Caso a COMPRADORA não possua débitos suficientes, as SUPRIDORAS quitarão os DOCUMENTOS DE COBRANÇA no 5º (quinto) DIA ÚTIL após a respectiva emissão.

### **5.4 Estrutura dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.**

5.4.1 As SUPRIDORAS definirão as informações que constarão nos DOCUMENTOS DE COBRANÇA, observadas as determinações legais aplicáveis.

5.4.2 Serão incluídos nos DOCUMENTOS DE COBRANÇA os TRIBUTOS e encargos devidos em decorrência direta do CONTRATO ou de sua execução, vigentes nas datas das transações a que se referem os respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

5.4.3 Caso haja cobrança de TRIBUTOS para a manutenção do CONTRATO perante as AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS, tais valores também serão discriminados e repassados nos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

### **5.5 Cobranças Objeto de Controvérsia.**

5.5.1 Havendo controvérsia sobre importância cobrada de uma à outra PARTE e que não tenha sido resolvida até a data de vencimento do correspondente DOCUMENTO DE COBRANÇA, os seguintes procedimentos deverão ser aplicados:



(a) A PARTE que discordar deverá, até a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia, e:

(i) efetuar pontualmente o pagamento da importância total cobrada, NOTIFICANDO a parcela sujeita à restituição potencial; ou

(ii) efetuar pontualmente o pagamento da importância que julgue correta e depositar a parcela controvertida na CONTA DE CUSTÓDIA. O contrato celebrado entre as PARTES e o BANCO CUSTODIANTE deverá prever que os valores depositados só poderão ser sacados com expressa anuência de ambas as PARTES e que qualquer modificação ao contrato só será válida com a aprovação de ambas as PARTES.

(b) Se a PARTE reclamada concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO informando a sua concordância em até 3 (três) Dias Úteis contados da data do pagamento ou depósito a que se refere o item 5.5.1 (a)(ii) acima, conforme o caso, e:

(i) a PARTE reclamada restituirá a PARTE reclamante, no prazo máximo de 10 (dez) DIAS, acrescidos dos ENCARGOS MORATÓRIOS, excluída a MULTA, a importância que havia sido objeto de controvérsia, em caso de ter sido efetuado seu pagamento sujeito à restituição potencial, na forma do item 5.5.1 (a)(i); ou, encerrando a controvérsia e dando plena quitação em relação ao montante controverso; e

(ii) a PARTE reclamada informará sua concordância ao BANCO CUSTODIANTE, para que este efetue imediatamente o correspondente crédito em favor da PARTE reclamante, acrescida dos eventuais rendimentos da CONTA DE CUSTÓDIA. Adicionalmente a PARTE reclamada pagará à PARTE reclamante a diferença, se houver, entre o rendimento da CONTA DE CUSTÓDIA e os ENCARGOS MORATÓRIOS, excluída a MULTA. Deverá, ainda, a PARTE reclamada depositar na CONTA DE CUSTÓDIA os valores correspondentes aos encargos tributários e demais custos relacionados com a quantia depositada, que venham a ser debitados da CONTA DE CUSTÓDIA. Caso não exista CONTA DE CUSTÓDIA aberta no momento da controvérsia, deverá ser aplicado o disposto no item 5.5.1(b)(i).

(c) se a PARTE reclamada não concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO de seu desacordo, e a controvérsia poderá ser submetida ao procedimento de solução de controvérsias previsto na CLÁUSULA 15 – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIA E FORO.

5.5.2 Havendo controvérsia sobre importância já paga por uma PARTE à outra, a PARTE que discordar da importância já paga enviará NOTIFICAÇÃO sobre a controvérsia à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia. Serão aplicáveis, no que couber, os procedimentos descritos no item 5.5.1 (b) e (c).

## CLÁUSULA 6 – TRIBUTAÇÃO

6.1 Os TRIBUTOS de qualquer natureza que sejam devidos em decorrência direta do CONTRATO ou de sua execução, são de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso. Eventuais TRIBUTOS incidentes na comercialização do GÁS que sejam ou venham a ser cobrados por quaisquer AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS serão incluídos na fatura ou suportados pela COMPRADORA e destacados no DOCUMENTO DE COBRANÇA, devidamente identificados e adicionados ao valor faturado.

6.1.1 Os TRIBUTOS devidos em decorrência direta da execução do CONTRATO serão incluídos no valor total do DOCUMENTO DE COBRANÇA por ocasião do faturamento.

6.1.2 Cada PARTE fornecerá todos os documentos que se fizerem necessários para evitar os ônus decorrentes de eventual responsabilidade solidária da outra PARTE, bem como de eventual responsabilidade decorrente de substituição tributária, previstas na legislação tributária, sob pena de sofrer a compensação, na primeira oportunidade, do valor dos TRIBUTOS, encargos, juros, multas ou outras penalidades pecuniárias eventualmente incidentes.



6.1.3 Não se entende como TRIBUTOS devidos em decorrência direta da execução do CONTRATO aqueles cujo ônus econômico deva ser suportado pelas Supridoras, tais como: IRPJ, CSLL, IOF, Contribuições Previdenciárias sobre folha de pagamento, dentre outros.

6.1.4 Se durante o prazo de vigência do CONTRATO ocorrer a criação de novos TRIBUTOS, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, a extinção de TRIBUTOS existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de TRIBUTOS ou ainda, alterações no PONTO DE ENTREGA, que possam vir a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus das SUPRIDORAS o valor faturado será objeto de revisão proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, a diferença decorrente das respectivas alterações.

6.1.5 A revisão prevista no item acima, quando para majorar o valor faturado, somente ocorrerá se o aumento da carga tributária não for resultante de decisão das SUPRIDORAS, tal como a modificação do estabelecimento remetente do GÁS, ou qualquer outra decisão de negócio exclusivamente tomada para atender a situação econômica das SUPRIDORAS.

6.2 O PREÇO DO GÁS será imediatamente ajustado, com vistas a expurgar o valor do TRIBUTO indevido, nos casos em que qualquer TRIBUTO que o componha deixar de ser devido, total ou parcialmente, em razão de: (i) súmula vinculante; (ii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ou Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC); (iii) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal ou (iv) habilitação ou enquadramento em regime de incentivo fiscal.

6.3 Caso ocorram atrasos no envio de informações necessárias ao faturamento ou erros (i) de medição do volume; (ii) de identificação do estabelecimento remetente/destinatário do GÁS, que venham acarretar equívocos no cumprimento de obrigação tributária principal e/ou acessória, tem-se que eventuais encargos, juros, multas ou outras penalidades pecuniárias, imputados a qualquer das PARTES pelo Fisco, serão suportados exclusivamente pela PARTE que comprovadamente houver dado causa ao equívoco, por meio de DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido de acordo com os itens 6.1 e 6.1.1 acima.

6.4 As PARTES se comprometem a fornecer, no prazo de 15 (quinze) DIAS contados do envio da NOTIFICAÇÃO realizada pela outra PARTE, todos os documentos solicitados pelos órgãos competentes e exigidos pela legislação de regência, inclusive a declaração de não aproveitamento do crédito tributário.

6.4.1 Na hipótese de atraso pela COMPRADORA no pagamento de qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA, as SUPRIDORAS deverão enviar NOTIFICAÇÃO para a COMPRADORA informando o valor em atraso ("NOTIFICAÇÃO DE ATRASO NO PAGAMENTO"). A partir da NOTIFICAÇÃO DE ATRASO NO PAGAMENTO, a COMPRADORA terá prazo de 10 (dez) DIAS para regularização do pagamento. Caso a COMPRADORA não regularize os pagamentos no prazo estabelecido (dez DIAS) após o recebimento da NOTIFICAÇÃO DE ATRASO NO PAGAMENTO, incluindo o valor dos Encargos Moratórios, as SUPRIDORAS ficarão autorizadas a executar as GARANTIAS DE PAGAMENTO, conforme disposto na CLÁUSULA 7 – GARANTIA DE PAGAMENTOS deste ANEXO III.

6.5 Caso as SUPRIDORAS sejam autuadas em decorrência de informação inexata prestada pela COMPRADORA, esta deverá arcar com os prejuízos causados às SUPRIDORAS, mediante pagamento do valor da autuação, acrescido dos custos despendidos, independente da possibilidade de defesa administrativa ou judicial.

6.6 Se as SUPRIDORAS forem autuadas por terem aplicado algum dos TRIBUTOS incidentes sobre este CONTRATO em valor inferior ao devido, as SUPRIDORAS procederão, de forma diligente, às suas defesas e, não logrando êxito, comunicarão à COMPRADORA sobre o resultado do procedimento fiscal e realizarão a cobrança dos valores do referido TRIBUTO, sem penalidades ou encargos, no momento em que efetuarem a quitação perante a autoridade fiscal.

6.7 Se as SUPRIDORAS constatarem que algum dos TRIBUTOS devidos em decorrência direta deste CONTRATO foi aplicado, equivocadamente, em valor inferior ao devido, o valor do respectivo TRIBUTO, sem penalidades ou encargos, será cobrado da COMPRADORA mediante emissão de notas fiscais complementares, tal como previsto na legislação aplicável.

6.8 Se ficar constatado que, por ocasião da emissão do DOCUMENTO DE COBRANÇA, as SUPRIDORAS aplicaram algum TRIBUTO devido em decorrência direta deste CONTRATO em valor superior ao devido, os valores indevidamente cobrados serão compensados, desde que a



COMPRADORA apresente a documentação solicitada, em especial a declaração de não aproveitamento de créditos.

## CLÁUSULA 7 – GARANTIA DE PAGAMENTOS

A COMPRADORA deverá, na data de assinatura do CONTRATO, oferecer às SUPRIDORAS uma das garantias descritas abaixo (GARANTIA DE PAGAMENTOS), para assegurar o pagamento dos valores devidos pela COMPRADORA às SUPRIDORAS nos termos do presente CONTRATO, com exceção do VIR previsto na CLÁUSULA 16 – INADIMPLENTO E RESOLUÇÃO, sendo a escolha feita a critério exclusivo da COMPRADORA, resguardado às SUPRIDORAS o direito de avaliarem e aceitarem os termos e condições da modalidade de garantia escolhida pela COMPRADORA, quando aplicável:

- a. realização de depósito de recursos em conta vinculada específica aberta em favor das SUPRIDORAS (“escrow account”), em valor correspondente a, no mínimo, o resultado do produto de: (i) 60 (sessenta) vezes a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC), pelo (ii) PREÇO DO GÁS FIRME (PG) pactuado no CONTRATO e no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL, corrigidos anualmente, com base na variação do PREÇO DO GÁS FIRME e da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) vigente;
- b. apresentação de Carta de Fiança Bancária, emitida em favor das SUPRIDORAS, por uma instituição financeira com sede no Brasil, no valor total de, no mínimo, o resultado do produto de (i) 60 (sessenta) vezes a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC), pelo (ii) PREÇO DO GÁS FIRME (PG) pactuado no CONTRATO e no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL, com prazo de vigência de pelo menos 1 (um) ano, prorrogável por iguais períodos, e que possua:
  - i. ao menos duas classificações em escala global de longo prazo igual ou superior a BBB- pela Standard & Poors, Baa3 pela Moody's e BBB- pela Fitch, além de credit default swap (CDS) inferior a 300 (trezentos) pontos base; ou
  - ii. ao menos duas classificações em escala local de longo prazo igual ou superior a brAA- pela Standard & Poors, Aa3.br pela Moody's e AA-(bra) pela Fitch.
- c. constituição de qualquer outra GARANTIA DE PAGAMENTOS que seja formalmente aceita pelas SUPRIDORAS, cujo valor total seja, no mínimo, o mesmo da GARANTIA DE PAGAMENTOS descrita na alínea (a) acima, apresentada por (i) uma sociedade controladora (*Parent Company*) ou controlada (em ambos os casos, direta ou indiretamente), ou sob controle comum da COMPRADORA (sendo o controle verificado nos termos da Lei nº 6.404/1976), ou (ii) por uma terceira pessoa ou entidade. Em qualquer desses casos, a garantidora deverá possuir avaliação de crédito, bem como as condições de garantia, previamente aceitas pelas SUPRIDORAS.
- d. a combinação de 2 (duas) ou mais GARANTIAS DE PAGAMENTOS dentre as previstas nas alíneas acima, em valores individuais que, somados, sejam, no mínimo, equivalentes ao valor indicado na alínea (a) acima;

7.2 0000000A COMPRADORA deverá: (i) pagar, nas respectivas datas de vencimento, o valor integral correspondente a qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA que não apresente valor controvertido, emitido pelas SUPRIDORAS contra a COMPRADORA referente ao CONTRATO, ou, (ii) no caso de DOCUMENTO DE COBRANÇA com valores controvertidos, deverá proceder consoante o disposto no item 5.5.

7.1.1 Em caso de inadimplemento pela COMPRADORA da obrigação descrita no item 0 acima, além das demais previsões estabelecidas neste CONTRATO, as SUPRIDORAS poderão, no 5º (quinto) DIA imediatamente após o envio da NOTIFICAÇÃO versando sobre o não pagamento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, executar a GARANTIA DE PAGAMENTOS eventualmente ofertada nos termos do item 0 acima, no valor correspondente ao montante não pago (no todo ou em parte) do DOCUMENTO DE COBRANÇA ou não questionado, na forma do item 5.5, para valores controvertidos. O valor da garantia a ser executado será correspondente ao valor do DOCUMENTO DE COBRANÇA não pago, acrescido dos ENCARGOS MORATÓRIOS, calculados para o período decorrido desde a data do vencimento até a data da efetiva liberação dos recursos às SUPRIDORAS.

7.1.1.1 Na hipótese de execução da(s) GARANTIA(S) DE PAGAMENTOS pelas SUPRIDORAS, as SUPRIDORAS deverão NOTIFICAR a COMPRADORA sobre o ocorrido em até 2 (dois) DIAS ÚTEIS.

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Valença De Sousa, Roberto Cobo Zanella, Sheila Mayane Barbosa De Santana Correa, Jacinto Junior De Sousa, Rafael Procaci Da Cunha, Rafaela Campos Furtado e Marcelo Campos Magalhães. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código [código]



**7.1.1.1.1** Na hipótese da execução das GARANTIAS DE PAGAMENTOS descritas nas alíneas (a) a (d) do item 0, a COMPRADORA deverá restabelecer o valor inicial das GARANTIAS DE PAGAMENTOS, nos termos do item 0, no prazo de até 30 (trinta) DIAS contados da data de vencimento do(s) respectivo(s) DOCUMENTO(S) DE COBRANÇA inadimplido(s) que tenha(m) ensejado a execução das GARANTIAS DE PAGAMENTOS.

**7.1.1.2** Na hipótese de inexistir GARANTIA DE PAGAMENTOS instituída em favor das SUPRIDORAS, a COMPRADORA, para continuar a ter o GÁS NATURAL disponibilizado de acordo com o CONTRATO, evitando a suspensão do fornecimento, deverá em até 10 (dez) DIAS contados do vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, efetuar o pagamento do DOCUMENTO DE COBRANÇA vencido e não pago ou não contestado (na forma da CLÁUSULA 5 – DOCUMENTOS DE COBRANÇA), conforme o caso, com os devidos ENCARGOS MORATÓRIOS. Caso este pagamento ocorra após o 10º (décimo) DIA contado da data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA até, no máximo, 20 (vinte) DIAS da data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, a COMPRADORA, para ter o GÁS NATURAL disponibilizado de acordo com o CONTRATO, deverá fornecer GARANTIA DE PAGAMENTOS às SUPRIDORAS nos termos do item 7.1, no prazo de 30 (trinta) DIAS contados da data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA. Caso, no prazo máximo de 20 (vinte) DIAS contados da data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, não haja a quitação integral do DOCUMENTO DE COBRANÇA vencido e não pago ou não contestado (na forma da CLÁUSULA 5 – DOCUMENTOS DE COBRANÇA), conforme o caso, as SUPRIDORAS, a exclusivo critério delas, poderão suspender o fornecimento de GÁS NATURAL à COMPRADORA.

**7.2** Caso sejam oferecidas as GARANTIAS DE PAGAMENTOS mencionadas nas alíneas (b) e (c) do item 7.1, e a respectiva emissora da GARANTIA DE PAGAMENTOS deixe de ser classificada, em escala global ou local, em ao menos um dos níveis de classificação de risco exigidos, a COMPRADORA se compromete a substituir tal GARANTIA DE PAGAMENTOS no prazo de até 30 (trinta) DIAS da divulgação do evento que desenquadrado a emissora da GARANTIA DE PAGAMENTOS do nível mínimo de classificação de risco.

**7.3** A fim de assegurar o pagamento dos valores de DOCUMENTOS DE COBRANÇA devidos pela COMPRADORA às SUPRIDORAS, nos termos do presente CONTRATO, qualquer uma das GARANTIAS DE PAGAMENTOS apresentadas pela COMPRADORA, conforme esta Cláusula, deverá ser mantida em plena validade, substituída ou complementada por outra, caso necessário.

**7.4** Caso haja inadimplemento da COMPRADORA relativamente à sua obrigação de oferecimento, manutenção da validade, substituição, complementação ou restabelecimento da GARANTIA DE PAGAMENTOS, as SUPRIDORAS, a exclusivo critério delas, poderão suspender o fornecimento de GÁS NATURAL 16.3.1.1.

**7.5** As SUPRIDORAS poderão, a seu exclusivo critério, deliberar um LIMITE DE CRÉDITO CORPORATIVO (LCC) para a COMPRADORA, decorrente do CONTRATO, como alternativa à GARANTIA DE PAGAMENTOS, descrita no item 7.1.

**7.5.1** Sempre que solicitado, a COMPRADORA encaminhará às SUPRIDORAS, em até 10 (dez) DIAS, os demonstrativos contábeis legais, bem como quaisquer outras informações que permitam às SUPRIDORAS efetuar a análise da estrutura econômico-financeira da COMPRADORA.

**7.5.1.1** Com base na análise da estrutura econômico-financeira, as SUPRIDORAS determinarão o respectivo LIMITE DE CRÉDITO CORPORATIVO (LCC) mencionado no item 7.5 para a COMPRADORA.

**7.5.1.2** Caso o LIMITE DE CRÉDITO CORPORATIVO (LCC) determinado pelas SUPRIDORAS, conforme item 7.5, seja inferior ao valor da GARANTIA DE PAGAMENTO, a COMPRADORA obriga-se a instituir a GARANTIA DE PAGAMENTOS descrita no item 7.1.

**7.5.2** Caso a COMPRADORA não apresente as informações, conforme previsto no item 7.5.1, as SUPRIDORAS poderão suspender o LIMITE DE CRÉDITO CORPORATIVO (LCC) mencionado no item 7.5 para a COMPRADORA, estando esta obrigada a instituir a GARANTIA DE PAGAMENTOS descrita no item 7.1.

**7.5.3** As SUPRIDORAS poderão cancelar o LIMITE DE CRÉDITO CORPORATIVO (LCC) mencionado no item 7.5 para a COMPRADORA caso ocorra atraso no cumprimento de qualquer obrigação de pagamento, observado o item 5.5, pela COMPRADORA ou a qualquer momento da vigência do CONTRATO, a exclusivo critério das SUPRIDORAS.



7.5.4 A COMPRADORA obriga-se a instituir ou restabelecer, conforme o caso, a GARANTIA DE PAGAMENTOS descrita no item 7.1, no prazo de 30 (trinta) DIAS contados da NOTIFICAÇÃO das SUPRIDORAS, na hipótese de ocorrência de suspensão ou cancelamento do LIMITE DE CRÉDITO CORPORATIVO (LCC), conforme aqui previsto 7.5.27.5.3.

## **CLÁUSULA 8 – PROGRAMAÇÃO E FORNECIMENTO DO GÁS**

8.1 A COMPRADORA enviará mensalmente às SUPRIDORAS, usando os canais de contato das SUPRIDORAS, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência ao início de cada MÊS, NOTIFICAÇÃO contendo as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) para o MÊS em referência e para os 2 (dois) MESES subsequentes, por PONTO DE ENTREGA.

8.1.1 Para o primeiro MÊS, a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 8.1 será enviada com 10 (dez) DIAS de antecedência ao INÍCIO DE FORNECIMENTO.

8.1.2 A NOTIFICAÇÃO referida no item 8.1 explicitará as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS), para cada DIA, considerando o seguinte:

- (a) caso a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) seja diferente de zero para determinado PONTO DE ENTREGA, esta deverá implicar em vazões que respeitem os limites estabelecidos no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL;
- (b) que o somatório das QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) por PONTO DE ENTREGA não poderá ser superior à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC), com exceção da hipótese prevista no item 8.1.2.1;
- (c) a ocorrência de PARADAS PROGRAMADAS;
- (d) a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

8.1.2.1 A qualquer momento a COMPRADORA pode solicitar e as SUPRIDORAS poderão, a exclusivo critério delas, aceitar ou não, QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) superiores à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC). Caso aceite, a quantidade de GÁS superior para o DIA específico será alocada na MODALIDADE INTERRUPTÍVEL.

8.1.3 Até as 17:00 h (dezesete horas) do DIA anterior ao DIA do fornecimento, as SUPRIDORAS, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA, deverão:

- (a) aceitar, como QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP), as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) que se enquadrem nos requisitos previstos no item 8.1.2; ou
- (b) estabelecer QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) compatíveis com a disponibilidade de GÁS; ou
- (c) estabelecer QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) compatíveis com a disponibilidade do SISTEMA DE TRANSPORTE.

8.1.4 Caso as solicitações da COMPRADORA não se enquadrem nos requisitos previstos no item 8.1.2, observado o disposto no item 8.1.2.1, será considerada como QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) a última solicitação da COMPRADORA em que a QDS tenha se enquadrado nos termos do item 8.1.2.

8.1.4.1 Qualquer requisição da COMPRADORA de QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS que superem o limite estabelecido na alínea (b) do item 8.1.2 poderá ser aceita ou não pelas SUPRIDORAS, a exclusivo critério das SUPRIDORAS, não devendo tal aceitação ser considerada novação ou alteração de qualquer aspecto do CONTRATO, estando descaracterizada a FALHA DE PROGRAMAÇÃO em caso de recusa.

8.1.5 Caso as SUPRIDORAS não se pronunciem no prazo do item 8.1.3, consideram-se aceitas e confirmadas as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) ou as alterações da QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) do correspondente DIA, na forma do item 8.1.2.

8.1.6 Excepcionalmente, ocorrendo problemas operacionais que restrinjam a disponibilização da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), em determinado DIA, as SUPRIDORAS enviarão NOTIFICAÇÃO comunicando o fato à COMPRADORA, sem que tal NOTIFICAÇÃO descaracterize a FALHA DE PROGRAMAÇÃO, excetuadas as hipóteses de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.



8.2 A QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) estabelecida para determinado DIA poderá ser alterada (aumentada ou diminuída) pela COMPRADORA, usando os canais de contato das SUPRIDORAS ou, na ausência deste mediante envio de NOTIFICAÇÃO às SUPRIDORAS até às 11:00h (onze horas) do DIA anterior ao fornecimento, e inclusive no DIA do fornecimento (intradiária), observadas as condições estabelecidas nos itens 8.1.2 e 8.1.3.

8.3 As SUPRIDORAS comprometem-se a disponibilizar para a COMPRADORA, em cada PONTO DE ENTREGA, a cada DIA, uma QUANTIDADE DE GÁS igual à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o correspondente DIA.

8.4 Caso a QDS enviada pela COMPRADORA seja superior à QDC ou caso a COMPRADORA tenha alterado a QDS para valores acima da QDC, conforme previsto no item 8.2, as SUPRIDORAS deverão responder a solicitação até às 17:00h (dezesete horas) do DIA DO FORNECIMENTO, observando o item 8.1.3(c). A não comunicação implicará o estabelecimento da QDP até o limite da QDC.

8.5 Em caso de FALHA DE PROGRAMAÇÃO, as SUPRIDORAS pagarão à COMPRADORA, pela QUANTIDADE FALTANTE (QF) apurada conforme item 8.5.1, a penalidade prevista no item 14.1.

8.5.1 Em qualquer DIA, em determinado PONTO DE ENTREGA, como consequência de FALHA DE PROGRAMAÇÃO, a QUANTIDADE FALTANTE (QF) será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QF_j = QDP_j - QN_{PPj} - QN_{FMj} ; \text{onde:}$$

$QF_j$	Significa a QUANTIDADE FALTANTE de GÁS no DIA "j", por PONTO DE ENTREGA, sendo zero se o cálculo for negativo para os casos de FALHA DE PROGRAMAÇÃO relativos à qualidade do GÁS, observadas as situações de PARADAS PROGRAMADAS, PARADAS NÃO PROGRAMADAS e de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR correspondente a soma da QUANTIDADE FALTANTE FIRME, QUANTIDADE FALTANTE FLEXÍVEL E QUANTIDADE FALTANTE PUT.
$QDP_j$	Significa o somatório das QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) para o DIA "j" por PONTO DE ENTREGA, observado o item 8.1.3.
$QN_{PPj}$	É a soma das QUANTIDADES DE GÁS não disponibilizadas em função de PARADAS PROGRAMADAS e/ou PARADAS NÃO PROGRAMADAS das SUPRIDORAS para o DIA "j".
$QN_{FMj}$	É o somatório das QUANTIDADES DE GÁS não disponibilizadas decorrente de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR para o DIA "j".

8.6 As SUPRIDORAS enviarão diariamente à COMPRADORA, usando os canais de contato das SUPRIDORAS, até as 10:00h (dez horas) do DIA anterior ao do fornecimento, NOTIFICAÇÃO contendo as QUANTIDADES DIÁRIAS NOMINADAS PUT (QDNP), por PONTO DE ENTREGA.

8.6.1 A NOTIFICAÇÃO referida no item 8.6 explicitará as QUANTIDADES DIÁRIAS NOMINADAS PUT (QDNP), para cada DIA, considerando o seguinte:

- (a) que a QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA PUT (QDNP) não poderá ser superior à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL PUT (QDCP)
- (b) que a distribuição da QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA PUT (QDNP) entre os PONTOS DE ENTREGA será definida pela COMPRADORA até as 13:30h (treze horas e trinta minutos) do Dia anterior ao fornecimento;
- (c) que o TRANSPORTADOR tenha programado a prestação de serviço de transporte relativo à QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA PUT (QDNP);

8.6.2 Observados os requisitos estabelecidos no item 8.6.1, a QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA PUT (QDNP) será automaticamente considerada a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA PUT (QDPP)

8.7 Não obstante o estabelecido em 8.1.4, 8.1.4.1, 8.1.5, 8.2, 8.3, 8.4 e 8.6, pelo fato de o presente CONTRATO prever a possibilidade de entrega do GÁS na MODALIDADE FIRME,



MODALIDADE INTERRUPTÍVEL, MODALIDADE FLEXÍVEL e na MODALIDADE PUT, se torna necessário que as PARTES estabeleçam também um acordo de alocação, a ser apurado diariamente, para cada QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA da COMPRADORA, conforme aplicável.

8.7.1 Dessa forma, as PARTES decidem que, para fins de determinação da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA FIRME (QDRF), QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA INTERRUPTÍVEL (QDRI) e QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA PUT (QDRP) previstas neste CONTRATO, a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA TOTAL (QDRT) em determinado DIA será dividida e alocada de acordo com a seguinte metodologia de rateio:

(i) A QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA TOTAL (QDRT) será alocada primeiramente à QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA FIRME (QDRF) até o limite de 100% (cem por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL prevista no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL, para o respectivo DIA;

(ii) Caso haja QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA TOTAL (QDRT) remanescente após a alocação realizada conforme item (i) acima que tenha sido uma QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA INTERRUPTÍVEL (QDPI), essa QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA TOTAL (QDRT) será alocada à QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA FLEXÍVEL (QDRFL) até o limite de 100% (cem por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA FIRME (QDPF), incluindo a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA na MODALIDADE INTERRUPTÍVEL para o respectivo DIA; e

(iii) Caso haja QUANTIDADE DE GÁS remanescente após a alocação realizada conforme os incisos (i) e (ii) acima, e exista NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO relacionada com a MODALIDADE FLEXÍVEL, então, caso haja QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA TOTAL (QDRT) remanescente após a alocação realizada conforme os itens (i) e (ii) acima, essa QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA TOTAL (QDRT) acima da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA FIRME (QDRF) será alocada à QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA FLEXÍVEL (QDRFL) até o limite de 100% (cem por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA FLEXÍVEL (QDPFL) para o respectivo DIA; ou

(iv) Caso haja QUANTIDADE DE GÁS remanescente após a alocação realizada conforme os incisos (i) e (ii) acima, que seja superior à QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA FLEXÍVEL (QDRFL) ou à QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA FLEXÍVEL (QDRFL), quando aplicável, tal QUANTIDADE DE GÁS será alocada a título de QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA PUT (QDRP), devendo ser paga como PARCELA DE MOLÉCULA PUT.

## **CLÁUSULA 9 – PONTO DE ENTRADA**

9.1 As Zonas DE ENTREGA objeto do CONTRATO são os listados no CONTRATO e no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.

9.2 A transferência de propriedade do GÁS das SUPRIDORAS à COMPRADORA ocorrerá no flange imediatamente a jusante do limite de propriedade de cada PONTOS DE ENTREGA 9.1.

9.2.1 Considerando o disposto no item 9.3, todos os riscos e perdas de GÁS (i) a montante do PONTO DE ENTREGA, serão de responsabilidade das SUPRIDORAS, e (ii) a jusante do PONTO DE ENTREGA, serão de responsabilidade da COMPRADORA.

9.3 O GÁS será disponibilizado pelas SUPRIDORAS para custódia do TRANSPORTADOR no PONTO DE ENTRADA e permanecerá sob custódia e responsabilidade do TRANSPORTADOR até a entrega à COMPRADORA no PONTO DE SAÍDA, sendo certo que uma PARTE não será responsável perante a outra em razão de descumprimento, pelo TRANSPORTADOR, de seu dever de custódia, não podendo qualquer uma das PARTES se eximir das suas responsabilidades neste CONTRATO por força de eventual descumprimento do TRANSPORTADOR.

## **CLÁUSULA 10 – CONDIÇÕES DE ENTREGA**

10.1 As PARTES reconhecem que as regras, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis às condições de entrega do GÁS estão estabelecidas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo para todos os efeitos e no caso de conflito, prevalecer em relação a quaisquer regras, limites, periodicidades e condições específicas estabelecidas neste CONTRATO. Portanto,



independente de quaisquer obrigações assumidas pelas SUPRIDORAS no presente CONTRATO em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade do TRANSPORTADOR, as PARTES concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos nos CONTRATOS DE TRANSPORTE.

## **CLÁUSULA 11 – MEDIÇÃO DO GÁS**

### **11.1 Disposições Gerais.**

As PARTES reconhecem que as regras, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis aos sistemas de medição do GÁS estão estabelecidas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo para todos os efeitos e no caso de conflito, prevalecer em relação a quaisquer regras, limites, periodicidades e condições específicas estabelecidas neste CONTRATO. Portanto, independente de quaisquer obrigações assumidas pelas SUPRIDORAS no presente CONTRATO em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade do TRANSPORTADOR, as PARTES concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos no CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo as SUPRIDORAS transmitir tão logo quando possível e o quanto antes, quando aplicáveis, as comunicações da COMPRADORA ao TRANSPORTADOR e vice-versa.

11.1.1 O GÁS fornecido será medido pelo TRANSPORTADOR e informado às SUPRIDORAS utilizando o SISTEMA DE MEDIÇÃO da TRANSPORTADORA. No caso de indisponibilidade do SISTEMA DE MEDIÇÃO da TRANSPORTADORA ou solicitação da TRANSPORTADORA ou SUPRIDORAS, a COMPRADORA deverá apresentar informações de medição, calibração, *audit trail* e eventuais informações que se façam necessárias.

11.1.2 Salvo nos casos diferentemente dispostos neste CONTRATO, as PARTES concordam em usar unidades de medida do Sistema Internacional de Unidades - SI.

## **CLÁUSULA 12 – QUALIDADE DO GÁS**

12.1 O GÁS a ser entregue pelas SUPRIDORAS à COMPRADORA nas malhas de transporte e o GÁS retirado pela COMPRADORA nos respectivos PONTOS DE ENTREGA, deverá apresentar características de qualidade que atendam, no mínimo, às especificações do Regulamento Técnico ANP N° 002/2008, anexo à Resolução ANP N° 16, de 17/06/2008, ou as que venham a substituí-las em razão de disposição normativa superveniente.

12.2 As PARTES reconhecem que as regras gerais, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis à cromatografia e calibração de cromatógrafo do GÁS estão estabelecidas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo para todos os efeitos, prevalecer em relação a quaisquer regras gerais, limites, periodicidades e condições específicas estabelecidas neste CONTRATO. Portanto, independente de quaisquer obrigações assumidas pelas SUPRIDORAS no presente CONTRATO em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade do TRANSPORTADOR, as PARTES concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo as SUPRIDORAS envidar seus melhores esforços para transmitir de imediato as comunicações da COMPRADORA ao TRANSPORTADOR e vice-versa.

12.3 A determinação das características do GÁS entregue no PONTO DE SAÍDA será de responsabilidade do TRANSPORTADOR.

12.4 A determinação do PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS), assim como outras propriedades do GÁS, nos PONTOS DE ENTREGA, será efetuada de acordo com as regras dos CONTRATOS DE TRANSPORTE.

## **CLÁUSULA 13 – PARADAS PROGRAMADAS E PARADAS NÃO PROGRAMADAS**

13.1 As PARADAS PROGRAMADAS correspondem a situações transitórias que resultem em redução, total ou parcial, no fornecimento ou no recebimento de GÁS, para fins de reparo e manutenção técnica ou legalmente recomendada em equipamentos vinculados ao fornecimento de GÁS.



13.1.1 Para fins de PARADAS PROGRAMADAS, serão considerados como equipamentos vinculados ao fornecimento de GÁS: as unidades de produção, dutos de escoamento, estações coletoras e compressoras, as plantas de processamento, terminais de regaseificação de GNL, as malhas de gasodutos de transporte e demais equipamentos como compressores, válvulas e outros que compreendam a instalação física das áreas de produção, processamento, transporte e entrega (seja de propriedade das SUPRIDORAS, seus contratados ou terceiros).

13.1.2. Não serão considerados, para fins de PARADAS PROGRAMADAS, qualquer equipamento que seja localizado à jusante do PONTO DE SAÍDA e que não seja de propriedade da COMPRADORA.

13.2 Qualquer uma das PARTES tem direito a efetuar as PARADAS PROGRAMADAS de acordo com as seguintes regras:

(a) As PARTES, quando desejarem efetuar uma PARADA PROGRAMADA, deverão enviar uma NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, com pelo menos 60 (sessenta) DIAS de antecedência, informando a data de início de uma PARADA PROGRAMADA e o PONTO DE ENTREGA que será afetado, bem como sua duração prevista e volume de redução.

(b) A duração das PARADAS PROGRAMADAS estará limitada ao total de 720 (setecentos e vinte) horas por ANO.

(c) A QUANTIDADE DE GÁS não entregue ou não recebida, em determinado DIA na ZONA DE ENTREGA, em função da ocorrência de uma PARADA PROGRAMADA será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QPP_j = QDP_j - QDR_j, \text{ onde:}$$

QPP <sub>j</sub> :	é a QUANTIDADE GÁS não entregue em função da ocorrência de uma PARADA PROGRAMADA no DIA "j";
QDP <sub>j</sub> :	é a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o DIA "j" para toda a ZONA DE ENTREGA; e
QDR <sub>j</sub> :	é a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) para o DIA "j" para toda a ZONA DE ENTREGA;

13.2.1 A QUANTIDADE DE GÁS que não possa ser entregue pelas SUPRIDORAS durante uma PARADA PROGRAMADA será abatida dos compromissos de entrega das SUPRIDORAS e dos compromissos de recebimento da COMPRADORA.

13.2.1.1 Desde que justificado por razões técnicas, a realização de uma PARADA PROGRAMADA poderá, mediante NOTIFICAÇÃO das PARTES, (i) ser cancelada a qualquer tempo ou (ii) ter sua data alterada com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência da data de início da PARADA PROGRAMADA, desde que esta nova data postergue no máximo em até 45 (quarenta e cinco) DIAS a data originalmente notificada.

13.3 Aa SUPRIDORAS poderão solicitar, com pelo menos 70 (setenta) DIAS de antecedência, a realização de uma PARADA PROGRAMADA (i) em percentual superior e/ou (ii) por prazos superiores àqueles estabelecidos nas alíneas (a) e (b) do item 13.2.

13.4 AS PARTES deverão informar a data de início da PARADA PROGRAMADA, a duração prevista e o motivo técnico de ser necessária a realização da PARADA PROGRAMADA na data informada, independentemente de limites percentuais ou períodos preestabelecidos. AS PARTES não poderão recusar a programação da PARADA PROGRAMADA sem uma justificativa técnica.

13.5 AS PARTES envidarão esforços para minimizar o impacto das PARADAS PROGRAMADAS no mercado da COMPRADORA e para acordar a melhor data de realização das mesmas.

13.6 A cada ANO, as PARADAS NÃO PROGRAMADAS por parte das SUPRIDORAS estarão limitadas ao produto de (i) 10 (dez) vezes a (ii) QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA.

13.6.1 Será também classificada como PARADA NÃO PROGRAMADA (i) as PARADAS PROGRAMADAS por parte das SUPRIDORAS notificadas em prazo inferior ao estabelecido no item 13.2 (a) acima ou, (ii) caso previstas no planejamento de PARADAS PROGRAMADAS das SUPRIDORAS, tenham sido alteradas em prazos inferiores àqueles dispostos no item 13.2.1.1 acima.

13.6.2 Tão logo quanto seja possível, as SUPRIDORAS deverão informar à COMPRADORA, via NOTIFICAÇÃO, o motivo da PARADA NÃO PROGRAMADA, a sua extensão até o momento e a duração



prevista, com base nos dados que as SUPRIDORAS tenham sido capazes de obter até o momento do envio da NOTIFICAÇÃO.

## **CLÁUSULA 14 – PENALIDADES**

### **14.1 Penalidade por FALHA DE PROGRAMAÇÃO.**

No caso de FALHA DE PROGRAMAÇÃO em determinado DIA, a PARTE que deu causa pagará à outra PARTE, uma penalidade diária calculada de acordo com a seguinte fórmula, independentemente de comprovação de perdas e danos:

$$PFP = X\% \times QF \times PM, \text{ onde:}$$

PFP	é o valor da penalidade diária por FALHA DE PROGRAMAÇÃO no Dia em questão devida pela Parte.
X%	Significa o percentual a ser apresentado no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.
QF	é a QUANTIDADE FALTANTE DE GÁS.
PM	é a PARCELA DE MOLÉCULA FIRME, nos termos do item 3.1.3, conforme o caso, vigente no MÊS em que tenha ocorrido a FALHA DE PROGRAMAÇÃO.

14.1.1 A penalidade estabelecida no item 14.1 acima, caso aplicável, é a única indenização aplicável à PARTE neste CONTRATO por força de FALHA DE PROGRAMAÇÃO.

14.1.2 Caso a FALHA DE PROGRAMAÇÃO seja oriunda de evento dos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA e/ ou nos CONTRATO MIDSTREAM não causado pelas SUPRIDORAS, então a penalidade por FALHA DE PROGRAMAÇÃO estará limitada ao valor efetivamente recebido pelas SUPRIDORAS como indenização no contexto dos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA e/ ou no(s) CONTRATO MIDSTREAM, conforme o caso.

14.1.3 Caso a COMPRADORA tenha direito a qualquer indenização do TRANSPORTADOR por perdas e danos incorridos que seja direta ou indiretamente decorrente de FALHA DE PROGRAMAÇÃO por parte das SUPRIDORAS, incluindo decorrente de entrega de GÁS desconforme, a COMPRADORA não poderá ser indenizada por mais de uma vez pelo mesmo dano, de modo que (i) caso a COMPRADORA receba gás do TRANSPORTADOR no PONTO DE SAÍDA, e/ou (ii) sempre que COMPRADORA receber uma indenização por parte do TRANSPORTADOR por FALHA DE PROGRAMAÇÃO, a indenização a ser paga pelas SUPRIDORAS à COMPRADORA no âmbito deste CONTRATO não será aplicável ou será reduzida do valor efetivamente recebido pela COMPRADORA, conforme o caso.

#### **14.1.4 Determinação da QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN) no PONTO DE ENTRADA:**

A determinação da QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN) será realizada através do envio para a COMPRADORA de cópia da NOTIFICAÇÃO de nominação de transporte, concomitantemente à sua efetiva apresentação pelas SUPRIDORAS ao TRANSPORTADOR, considerando as previsões do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA.

14.1.5 Salvo no caso estabelecido em 16.4, a penalidade estabelecida no item 14.1 a única indenização aplicável neste CONTRATO. Nenhuma outra indenização será devida, mesmo que as perdas e danos incorridos pela PARTE inocente tenham sido superiores ao valor ali estabelecido.

## **CLÁUSULA 15 – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO**

O CONTRATO será regido pelas LEIS brasileiras.

Diante de quaisquer controvérsias concernentes à interpretação ou à execução do CONTRATO, as PARTES deverão observar o seguinte procedimento:

### **15.1 MEDIAÇÃO**



(a) Antes de instaurar procedimento de ARBITRAGEM, deverá ser realizado um procedimento de MEDIAÇÃO, a ser iniciado por qualquer uma das PARTES. Tal MEDIAÇÃO será conduzida pela CÂMARA e instaurada e realizada na forma das regras do regulamento de MEDIAÇÃO da CÂMARA e da Lei nº 13.140/15.

(b) O mediador deverá ser escolhido de comum acordo pelas PARTES nos termos do regulamento de MEDIAÇÃO da CÂMARA. Caso as PARTES não cheguem a um consenso sobre a nomeação do mediador, a escolha deverá ser feita pela CÂMARA, nos termos do seu regulamento de MEDIAÇÃO.

(c) A primeira reunião de MEDIAÇÃO deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) DIAS corridos, contados da nomeação do mediador, e deverá ser realizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

## 15.2 PERITAGEM

(a) Ao final da MEDIAÇÃO, caso seja identificado que o mérito da controvérsia versa sobre uma questão eminentemente técnica (e.g. medição, condições de pressão, aferição de equipamentos, etc.) ou que para resolução do mérito da controvérsia se faz necessário a elucidação de uma questão técnica, as PARTES darão início, no prazo de 10 (dez) DIAS contados do término da MEDIAÇÃO, a um procedimento de PERITAGEM, na forma prevista nos itens abaixo. Caso não haja acordo entre as PARTES no sentido de se a resolução de certa controvérsia envolve questão técnica a ser apreciada por meio da PERITAGEM, cada uma das PARTES consignará à outra, por escrito, os motivos pelos quais entende ser cabível ou não o procedimento de PERITAGEM. Após isto, qualquer uma das PARTES poderá submeter a controvérsia (como um todo e não apenas naquilo que concerne o cabimento ou não da PERITAGEM) à ARBITRAGEM.

(b) Entendendo-se que a PERITAGEM é aplicável à controvérsia, as PARTES deverão, no prazo de 30 (trinta) DIAS contados do término da MEDIAÇÃO, (i) eleger o PERITO responsável pelo exame da matéria controvertida, (ii) acordar os termos do instrumento de nomeação do PERITO no qual deverá ser consignada a matéria controversa e os quesitos a serem respondidos pelo PERITO e o valor máximo que se pagará como honorários do PERITO.

(c) Se dentro do prazo definido no subitem precedente as PARTES não chegarem a um consenso sobre o PERITO a ser designado, os termos do instrumento de contratação, os honorários a serem pagos ou o PERITO escolhido pelas PARTES não aceitar o encargo, ter-se-á como findo o procedimento de PERITAGEM e qualquer uma das PARTES poderá dar início ao procedimento de ARBITRAGEM, tendo por objeto a controvérsia como um todo.

15.2.1 Nomeado o PERITO e firmado o termo de sua contratação, proceder-se-á com a elaboração do laudo, devendo ser observado o seguinte. O PERITO:

- (i) apurará com imparcialidade a controvérsia, baseando-se tão-somente nos fatos e dados apresentados pelas PARTES ou documentos técnicos públicos;
- (ii) decidirá a controvérsia no prazo e limites determinados pelas PARTES;
- (iii) manterá e diligenciará pela confidencialidade;
- (iv) notificará previamente à outra PARTE, qualquer reunião que tencione realizar com uma PARTE, facultando àquela outra a participação no referido encontro;
- (v) determinará um prazo para envio de documentos pelas PARTES e findo tal prazo ignorará todas as informações a ele remetidas, salvo as enviadas para atendimento a um pedido específico.
- (vi) poderá requerer às PARTES quaisquer informações adicionais que considere necessárias ao julgamento da controvérsia.

15.2.2 Cada PARTE terá, em relação ao PERITO e à outra PARTE, as seguintes obrigações e prerrogativas durante o procedimento de PERITAGEM:

- (i) enviar ao PERITO, no prazo por ele fixado, os documentos com as informações necessárias ao julgamento da controvérsia;



- (ii) dispor para o PERITO, no prazo máximo de 10 (dez) dias da solicitação, todas as informações adicionais específicas que o PERITO julgue necessárias ao desenvolvimento de seu trabalho;
- (iii) enviar simultaneamente à outra PARTE cópias dos documentos com as informações a que se referem as duas alíneas precedentes;
- (iv) arcar com os respectivos custos para envio das informações ao PERITO e à outra PARTE, bem como com as despesas com advogados, consultores, testemunhas, empregados e outras pessoas envolvidas nesse processo, conforme a necessidade individual de cada PARTE;
- (v) arcar com 50% (cinquenta por cento) dos custos e despesas comuns de PERITAGEM, entre os quais honorários do PERITO;
- (vi) participar de quaisquer reuniões do PERITO com a outra PARTE;
- (vii) comentar ou contestar informações enviadas pela outra PARTE ao PERITO, desde que o faça por escrito e no prazo de 14 (quatorze) dias de recebimento de tais informações.

15.2.3 Ao término do procedimento de PERITAGEM, que se dará com a entrega do laudo final pelo PERITO, as PARTES deverão no prazo de 10 (dez) DIAS decidir se iniciarão novo procedimento de MEDIAÇÃO, com o mesmo mediador do primeiro procedimento, levando-se em consideração, agora, o laudo apresentado pelo PERITO.

15.2.4 Caso decidam por não proceder com nova MEDIAÇÃO, quaisquer das PARTES poderá dar início à ARBITRAGEM sendo que do Termo de Arbitragem deverá constar que (i) o laudo produzido na PERITAGEM será considerado como prova na ARBITRAGEM e às PARTES será vedado solicitar perícia que verse sobre a matéria tratada na PERITAGEM; e (ii) os custos incorridos por uma PARTE na PERITAGEM deverão ser reembolsados pela PARTE perdedora da ARBITRAGEM, devendo tal reembolso constar da SENTENÇA ARBITRAL. Após a decisão final, a PARTE vencedora será reembolsada, pela PARTE perdedora, de todos os custos em que comprovadamente tiver incorrido para realizar a PERITAGEM, incluindo os honorários do PERITO.

### 15.3 ARBITRAGEM.

15.3.1 A ARBITRAGEM será conduzida de acordo com o regulamento de arbitragem da CÂMARA, exceto naquilo que tais regras estiverem em conflito com qualquer disposição do CONTRATO, hipótese na qual prevalecerão as disposições do CONTRATO, e será realizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil. A ARBITRAGEM será necessariamente de direito, sendo vedado o julgamento por equidade ou com base em usos e costumes

15.3.2 O idioma de ARBITRAGEM e da sua decisão será o Português.

15.3.3 O(s) árbitro(s) serão nomeados da seguinte forma:

15.3.4 Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída não exceda à média dos 3 (três) últimos meses da maior entre a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA QDS ou a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA QDP, no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por árbitro único ("Árbitro Único"). A Secretaria da CÂMARA solicitará às PARTES que nomeiem, no prazo de 15 (quinze) DIAS ÚTEIS, o Árbitro Único para atuar no procedimento arbitral. O Árbitro Único deverá ser indicado por consenso entre as PARTES. Não havendo consenso, a Diretoria da CÂMARA encaminhará lista composta de 5 (cinco) nomes para que as PARTES procedam da seguinte forma:

- a) cada Parte deverá, separadamente, no prazo comum de 10 (dez) Dias Úteis, apresentar manifestação observando o que se segue: (i) cada Parte poderá retirar da lista até 2 (dois) profissionais em relação aos quais tenha eventual objeção, sem necessidade de justificativa; (ii) os nomes dos profissionais remanescentes devem ser apresentados em ordem de preferência para indicação de Árbitro Único (ex.: 1 (um) para o primeiro nome de preferência, 2 (dois) para o segundo nome de preferência e assim por diante);
- b) recebidas as listas com as ordens de preferência das Partes, cada profissional terá sua pontuação somada, de acordo com a ordem de preferência apresentada por cada uma das Partes; e



c) o profissional indicado que obtiver a menor pontuação dentre a soma das ordens de preferência será nomeado o Árbitro Único. Em caso de empate, caberá ao presidente da CÂMARA apontar o Árbitro Único.

d) Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída exceda a média dos 3 (três) últimos meses da maior entre a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA QDS ou a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA QDP, no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por um Tribunal Arbitral, a ser constituído por 3 (três) membros, observando-se as seguintes disposições:

15.3.5 A COMPRADORA ou as SUPRIDORAS, que, conforme o caso, tenha suscitado a controvérsia, enviará NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA ou às SUPRIDORAS, conforme o caso, denominada, indicando o objeto da controvérsia e informando o nome de seu Árbitro ("Primeiro Árbitro").

15.3.6 Dentro de 14 (quatorze) DIAS ÚTEIS do recebimento da NOTIFICAÇÃO supramencionada, a outra PARTE informará à PARTE que suscitou a ARBITRAGEM, também por NOTIFICAÇÃO, o nome de seu Árbitro ("Segundo Árbitro"). Caso contrário, a PARTE que suscitou a ARBITRAGEM poderá requerer à CÂMARA que eleja o Segundo Árbitro.

15.3.7 Dentro de 14 (quatorze) DIAS ÚTEIS da nomeação do Segundo Árbitro, ambos os Árbitros elegerão um Terceiro Árbitro, que presidirá os trabalhos.

15.3.8 Se não houver consenso sobre o Terceiro Árbitro, sua indicação ficará a cargo da CÂMARA.

15.3.9 Na hipótese das Regras da CÂMARA serem omissas quanto a quaisquer aspectos procedimentais, as omissões serão supridas pelo Tribunal Arbitral ou Árbitro único, conforme o caso, por referência, nesta ordem:

(a) À Lei nº 9.307, de 23/09/1996, que dispõe sobre a arbitragem.

(b) Ao Código de Processo Civil Brasileiro.

15.3.10 No prazo de 60 (sessenta) DIAS contados da apresentação das alegações finais das PARTES, o Tribunal Arbitral apresentará a Sentença Arbitral. No caso de ARBITRAGEM com Árbitro Único, este apresentará a Sentença Arbitral em até 30 (trinta) Dias, contados da apresentação das alegações finais das PARTES.

15.3.11 Sentença Arbitral deverá atender todos os requisitos da Lei nº 9.307, de 23/09/1996 e detalhará e qualificará as responsabilidades da(s) PARTE(s), bem como indicará a fração dos honorários e despesas e custos de ARBITRAGEM imputados a cada PARTE. Será emitida por escrito no Brasil e será vinculante para as PARTES. Será irrecorrível, salvo nos casos previstos em Lei.

15.3.12 Não obstante o disposto nesta Cláusula, cada uma das PARTES se reserva ao direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de:

(a) Assegurar a instituição da ARBITRAGEM.

(b) Obter medidas cautelares de proteção de direitos, previamente à instituição da ARBITRAGEM, devendo, não obstante tal fato, o mérito da questão ser decidido em ARBITRAGEM, sendo que qualquer procedimento neste sentido não será considerado como ato de renúncia à ARBITRAGEM.

(c) Executar qualquer decisão da ARBITRAGEM, inclusive, mas não exclusivamente, da Sentença Arbitral.

(d) Pleitear a nulidade da Sentença Arbitral, nas hipóteses permitidas em LEI.

#### **15.4 Foro**

Na hipótese de as PARTES recorrerem ao Poder Judiciário, quando permitido por este CONTRATO, as PARTES elegem como foro competente o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



## CLÁUSULA 16 – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO

16.1 A ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses constituirá EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES:

- (a) declaração de insolvência ou falência de qualquer das PARTES ou caso qualquer delas efetue pedido de autofalência, entre em liquidação judicial ou extrajudicial ou sofra intervenção de qualquer autoridade governamental competente, desde que tal intervenção tenha relação direta com o objeto do CONTRATO e comprovadamente inviabilize a sua continuidade;
- (b) perda, por culpa de qualquer das PARTES, de qualquer das licenças, concessões ou autorizações necessárias ao cumprimento do objeto do CONTRATO;
- (c) violação dos itens 19.1, 19.2.1.1 e seus subitens, 19.2.1.2 e 19.2.1.3 do CONTRATO;
- (d) o não pagamento por qualquer das PARTES, no todo ou em parte, até a data de seu vencimento, do valor não controverso correspondente a qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA, se pela COMPRADORA, aliado à impossibilidade de execução da GARANTIA DE PAGAMENTOS (na forma da Cláusula 7), bem como, quanto aos valores controversos, o não cumprimento por qualquer das PARTES do estabelecido no item 5.5;
- (e) o descumprimento pelas PARTES das obrigações estabelecidas no CONTRATO, formalizado pelo envio de NOTIFICAÇÃO da PARTE adimplente à PARTE inadimplente, caracterizando tal descumprimento;
- (f) cessão parcial ou total a terceiros dos direitos e obrigações deste CONTRATO, em desacordo com a CLÁUSULA 18 – CESSÃO DE DIREITOS, OBRIGAÇÕES E CRÉDITOS;
- (g) o não cumprimento pelas PARTES do objeto do CONTRATO;
- (h) não oferecimento, substituição, complementação ou renovação, pela COMPRADORA, da GARANTIA DE PAGAMENTOS nos casos previstos neste CONTRATO, nos prazos estabelecidos na CLÁUSULA 7 – GARANTIA DE PAGAMENTOS, conforme o caso.

16.2 Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES entre os listados nos itens 16.1(a), (b) ou (c), a PARTE adimplente poderá resolver o CONTRATO após a caracterização do EVENTO DE INADIMPLEMENTO, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à PARTE inadimplente com 10 (dez) DIAS de antecedência.

16.3 Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES entre os listados nos itens 16.1 (d), (e), (f), (g) ou (h), a PARTE adimplente poderá enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE para que esta possa sanar tal inadimplemento no prazo de 20 (vinte) DIAS contados do recebimento da referida NOTIFICAÇÃO, desde que o referido EVENTO DE INADIMPLEMENTO seja sanável.

16.3.1 A PARTE adimplente poderá resolver o CONTRATO desde que tenha transcorrido o prazo de 20 (vinte) DIAS estabelecido no item 16.3 sem que o inadimplemento tenha sido sanado. A resolução do CONTRATO se dará mediante envio, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência, de NOTIFICAÇÃO à PARTE inadimplente.

16.3.1.1 Sem prejuízo do disposto no item 16.3.1, enquanto o EVENTO DE INADIMPLEMENTO não seja totalmente sanado, as SUPRIDORAS estarão desobrigadas de atender a qualquer solicitação de GÁS, com sua respectiva QDS, e a efetuar a entrega de qualquer QUANTIDADE DE GÁS, desde que notifique a COMPRADORA sobre tal decisão com, no mínimo, 10 (dez) DIAS de antecedência da data em que pretende recusar solicitação de GÁS pela COMPRADORA. Eventual tolerância pelas SUPRIDORAS em suspender a entrega de GÁS não significará renúncia de tal direito, podendo tal suspensão iniciar-se a qualquer momento, enquanto perdure o referido inadimplemento.

16.3.2 Uma vez sanado qualquer EVENTO DE INADIMPLEMENTO NOTIFICADO conforme item 16.3, as obrigações das PARTES no CONTRATO serão restabelecidas e as PARTES não mais terão o direito de resolver o CONTRATO com base em tal inadimplemento.

16.4 Na hipótese de resolução do CONTRATO, a PARTE inadimplente deverá pagar à outra PARTE, como indenização única aplicável em tal caso, independentemente do valor das perdas e danos efetivamente incorridos, o VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR) apurado conforme abaixo:



$VIR = X\% \times (QDC \times DF \times PMF)$  ; onde:

<b>VIR</b>	Significa o VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO pela resolução antecipada do CONTRATO a ser pago pela PARTE inadimplente à outra PARTE.
<b>X%</b>	É o percentual a ser estabelecido no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.
<b>QDC</b>	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) vigente na data de resolução do CONTRATO.
<b>DF</b>	Significa a quantidade de DIAS faltantes para o término do prazo de vigência do CONTRATO.
<b>PMF</b>	Significa a PARCELA DE MOLÉCULA FIRME (PMF) vigente na data de resolução do CONTRATO, acrescido dos TRIBUTOS e encargos aplicáveis.

16.4.1 Acordam as PARTES que o valor estipulado no item 16.4 representa a totalidade de indenização exigível da PARTE inadimplente, ainda que maior seja o montante das eventuais perdas e danos. Efetuado o pagamento, nada mais haverá a pleitear extrajudicialmente ou judicialmente.

16.4.2 Na hipótese de rescisão imotivada do CONTRATO, a PARTE que efetuar a resolução se sujeitará ao pagamento do VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR) à outra PARTE.

16.5 A PARTE adimplente emitirá um DOCUMENTO DE COBRANÇA à PARTE inadimplente com o valor, acrescido dos TRIBUTOS, correspondente ao VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR), detalhando o seu cálculo. O DOCUMENTO DE COBRANÇA deverá ser pago em até 30 (trinta) dias após a data de sua emissão.

16.6 Caso o CONTRATO seja resolvido antecipadamente conforme itens 16.2, 16.3.1 ou 16.4.2, as seguintes regras serão aplicadas com relação à QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR):

- caso as SUPRIDORAS sejam a PARTE inadimplente que tenha dado causa à resolução do CONTRATO pela COMPRADORA, as SUPRIDORAS deverá pagar à COMPRADORA, no prazo previsto no item 16.5, o montante correspondente ao eventual resíduo de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR), vigente na data da resolução do CONTRATO, após compensação de qualquer valor incontroverso devido pela COMPRADORA às SUPRIDORAS nos termos deste CONTRATO;
- caso a COMPRADORA seja a PARTE inadimplente que tenha dado causa à resolução do CONTRATO pelas SUPRIDORAS, o montante correspondente ao eventual saldo de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR), limitado ao volume equivalente a 120 (cento e vinte) dias de QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC), será reduzido do VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR) a ser pago pela COMPRADORA às SUPRIDORAS. Caso o valor da QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR) seja superior ao VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR) a ser pago pela COMPRADORA às SUPRIDORAS, as SUPRIDORAS deverão pagar à COMPRADORA, após compensação de qualquer valor incontroverso devido pela COMPRADORA às SUPRIDORAS, a diferença entre o valor correspondente à QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR), observado o limite acima, e o VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR).

16.7 O CONTRATO poderá ser resolvido por qualquer uma das PARTES, mediante envio de NOTIFICAÇÃO por escrito à outra PARTE, sem responsabilidade alguma de qualquer PARTE perante a outra PARTE, nas seguintes ocorrências:

- por mútuo acordo das PARTES;
- pela demora ou recusa na concessão de qualquer ato governamental, em prazo superior a 12 (doze) MESES, que afete diretamente o cumprimento das obrigações de cada PARTE;
- pela impossibilidade de consumo e/ou de fornecimento de GÁS em razão de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR por um período continuado maior que 6 (seis) MESES;
- pela impossibilidade de sobrevida do CONTRATO, em função de determinação legal;



- (e) pela extinção da concessão sem culpa da COMPRADORA;
- (f) pela perda, sem culpa de qualquer das PARTES, de qualquer das licenças, concessões ou autorizações necessárias ao cumprimento do objeto do CONTRATO.

16.8 A resolução do CONTRATO, nos termos previstos nesta cláusula e, conforme o caso, mediante o pagamento da quantia prevista no item 16.4, não eximirá as PARTES do pagamento dos valores eventualmente devidos à outra PARTE até a data de tal resolução, assim como do pagamento, por parte da COMPRADORA, de eventuais custos, encargos ou penalidades estabelecidos nos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA que venham a ser cobrados por força da resolução deste CONTRATO, e tampouco prejudicará ou afetará as previsões deste CONTRATO sobre incidências de TRIBUTOS, solução de controvérsias, conduta das PARTES e as que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução.

16.9 O inadimplemento de qualquer das PARTES em quaisquer outros contratos celebrados por elas não será considerado inadimplemento no CONTRATO nem ocasionará a sua resolução, a aplicação de penalidade de qualquer natureza ou a suspensão de quaisquer obrigações aqui previstas.

## **CLÁUSULA 17 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR**

17.1 Caracteriza-se como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, com estrita observância do artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância que afete qualquer uma das PARTES e que reúna, concomitantemente, todos os seguintes pressupostos:

- (a) que a ocorrência se dê e, em caso de permanência, permaneça fora do controle da PARTE AFETADA;
- (b) a PARTE AFETADA não concorra direta ou indiretamente para a sua ocorrência;
- (c) a atuação da PARTE AFETADA, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar sua ocorrência;
- (d) sua ocorrência afete ou impeça diretamente o cumprimento, total ou parcial, pela PARTE AFETADA, de uma ou mais obrigações previstas no CONTRATO.

### **17.2 Abrangência.**

17.2.1 Sem prejuízo do disposto no item 17.1 e da existência de quaisquer outros eventos de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afetem qualquer das PARTES, fica, desde já, aceito e reconhecido como evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR qualquer um dos eventos listados abaixo, desde que verificados os requisitos do item 17.1:

- (i) ato de atentado público, vandalismo ou terrorismo, guerra declarada ou não, ameaça de guerra, revolução, guerrilha, insurreição, comoção civil, tumulto, rebelião, insurreição militar, golpe de estado, estado de sítio, declaração de estado de emergência ou lei marcial, embargo ou bloqueio econômico;
- (ii) Ato de sabotagem, de terrorismo, de vandalismo ou de destruição acidental de instalações, ainda que parcial, e desde que não haja culpa sua, da PARTE AFETADA, ou de seus contratados;
- (iii) cataclismos, raios, terremotos, tornados, tempestades, incêndios, inundações e explosões;
- (iv) a entrada em vigor de LEI nova ou modificação, suspensão ou revogação de qualquer LEI em vigor, na forma do ordenamento jurídico brasileiro, após a data de assinatura do CONTRATO que afete de forma substancial e adversa o cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO por qualquer das PARTES;
- (v) Desapropriação, confisco, aquisição compulsória, ou nacionalização de todos ou de parcela substancial dos ativos da PARTE AFETADA por qualquer órgão público;
- (vi) um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete o CONTRATO MIDSTREAM e o transporte dutoviário de gás contratado pelas SUPRIDORAS para atendimento deste CONTRATO



(vii) qualquer um dos eventos listados em 17.2.1 que afete o cumprimento das obrigações de qualquer contrato celebrado pelas SUPRIDORAS com terceiros referente ao transporte e/ou à compra e venda de gás natural, necessário ao fornecimento do gás natural objeto do CONTRATO, e que seja comprovadamente caracterizado como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, conforme definido nesta cláusula.

### 17.3 Eventos excluídos.

17.3.1 Não se configuram como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR os seguintes eventos:

- (a) greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos empregados, agentes, ou prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA;
- (b) alteração das condições econômicas e financeiras da PARTE Afetada, bem como a alteração das condições de mercado para comercialização do GÁS;
- (c) qualquer quebra ou falha de qualquer setor de planta industrial, instalações, maquinário ou equipamento pertencente à PARTE AFETADA, seus prestadores de serviços contratados ou subcontratados, exceto se decorrente diretamente da ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;
- (d) falha ou atraso no desempenho das obrigações assumidas por prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA que afetem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela PARTE AFETADA neste CONTRATO, exceto se comprovado que o atraso por parte dos prestadores de serviços contratados ou subcontratados decorreu diretamente da ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR; e
- (e) Eventos de caso fortuito ou força maior que afetem de forma geral as condições de mercado e de logística e não especificamente as atividades necessárias para o cumprimento deste CONTRATO.

### 17.4 Procedimentos em ocorrências de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

Na hipótese de ocorrência de situações caracterizadas como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, deverão ser adotadas pela PARTE AFETADA as seguintes medidas:

- (a) informar sobre a ocorrência do evento e enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, tão logo quanto possível, apresentando as informações disponíveis em relação à estimativa da duração, do provável impacto no desempenho de suas obrigações e as possíveis ações que serão tomadas, pela PARTE AFETADA, para remediar ou mitigar as consequências de tal evento;
- (b) adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando possibilitar a execução normal do CONTRATO o mais brevemente possível;
- (c) manter a outra PARTE informada a respeito de suas ações e de seu plano de ação;
- (d) prontamente enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE da cessação do evento e de suas consequências;
- (e) permitir à outra PARTE, quando possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, para uma inspeção local, por conta e risco da PARTE que deseje inspecionar;
- (f) complementar posteriormente a informação de que trata o item (a) e (d) com a comprovação da ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, bem como seu impacto adverso no cumprimento das obrigações da PARTE AFETADA.

17.4.1 Caso a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 17.4 (a) seja enviada em até 72 (setenta e duas) horas contadas do conhecimento da ocorrência do evento, a suspensão das obrigações das PARTES em decorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR se dará a partir da data em que o referido evento tenha se iniciado.

17.4.2 Na hipótese de a NOTIFICAÇÃO ser enviada após o prazo previsto no item 17.4.1, os efeitos do evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR somente se produzirão a partir da data de envio da NOTIFICAÇÃO.

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Valença De Sousa, Roberto Cobo Zanella, Sheila Mayane Barbosa De Santana Correa, Jacinto Junior De Sousa, Rafael Procaci Da Cunha, Rafaela Campos Furtado e Marcelo Campos Magalhães. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código [código]



17.4.3 Com relação ao item 17.4 (b), a PARTE AFETADA não estará obrigada a agir diferentemente do que seja apropriado às práticas da indústria, e semelhante à prática adotada em situações similares.

#### 17.5 Obrigações não afetadas.

17.5.1 Nenhum CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR eximirá as PARTES de qualquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que se tenham constituído antes dele, embora sejam exigíveis durante ou posteriormente ao evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, em especial as obrigações de pagar as importâncias em dinheiro devidas no CONTRATO.

#### 17.6 Efeitos no CONTRATO.

17.6.1 Com a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, as PARTES, enquanto perdurarem os efeitos decorrentes de tal evento, estarão dispensadas do cumprimento das obrigações contratuais diretamente afetadas pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, caracterizado nos termos do CONTRATO, bem como exoneradas de qualquer responsabilidade pela falta ou atraso no cumprimento das obrigações que sejam diretamente atribuíveis ao CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

17.6.2 Para cada Dia de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR será estabelecida uma nova QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), considerando a QUANTIDADE DE GÁS que não será entregue e/ou retirada, constante na NOTIFICAÇÃO de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, que servirá de base para as penalidades estabelecidas na CLÁUSULA 14 – PENALIDADES.

17.6.3 A QUANTIDADE DE GÁS que não possa ser entregue pelas SUPRIDORAS em função de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR será abatida dos compromissos de retirada e de fornecimento do CONTRATO.

17.7 Em caso de divergência de entendimento quanto à caracterização de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, qualquer das PARTES poderá submetê-la à ARBITRAGEM, sendo que, enquanto perdurar a controvérsia, o evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR produzirá seus efeitos sobre as obrigações do CONTRATO.

17.8 Caso a SENTENÇA ARBITRAL determine que não ocorreu o CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, ou a PARTE que alegou mude seu entendimento, a PARTE que tenha alegado tal evento será responsável pelas consequências previstas no CONTRATO devido ao não cumprimento das obrigações que foram suspensas por força do suposto evento alegado de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

#### 17.9 Apuração da QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada ou não retirada decorrente de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

17.9.1 De modo a calcular a QUANTIDADE de GÁS não disponibilizada ou não retirada decorrente de evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, a seguinte metodologia deverá ser utilizada para fins de apuração dos compromissos de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM) de determinado MÊS em que tenha sido iniciado o evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR:

17.9.1.1 Inicialmente deverá ser apurada a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA Base ( $QDR_{base}$ ), sendo certo que a  $QDR_{base}$  será sempre limitada a 100% da QDC.

17.9.1.1.1 A apuração da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA Base ( $QDR_{base}$ ) deverá ser realizada a partir do cálculo da média da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA de GÁS, pela COMPRADORA, nos 3 meses anteriores (m-1, m-2 e m-3) ao MÊS de início da ocorrência do evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR.

17.9.1.1.2 Se, em qualquer dos 3 (três) meses anteriores ao MÊS de início da ocorrência do evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR (m-1, m-2 e m-3), a  $QDR_{mensal}$  for inferior a 90 % da QDC, para efeito de apuração da média da  $QDR_{base1}$  e da  $QDR_{base2}$  será considerada, como  $QDR_{base}$  mínima, para o referido MÊS, a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA equivalente a 90% da QDC.

17.9.1.2 Sendo assim, considerando o caráter sazonal das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS entre (i) DIAS ÚTEIS e (ii) DIAS não úteis, a  $QDR_{base}$  deverá ser apurada em duas parcelas, quais sejam,  $QDR_{base1}$  e  $QDR_{base2}$ , onde:

- i.  $QDR_{base1}$ : Média simples da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA nos DIAS ÚTEIS para o período selecionado (m-1, m-2 e m-3);



- ii.  $QDR_{base2}$ : Média simples da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA nos DIAS não úteis para o período selecionado (m-1, m-2 e m-3);

17.9.2 A seguir, deverá ser apurada a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA REDUÇÃO ( $QDR_{redução}$ ), conforme a seguir:

17.9.2.1 A QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA REDUÇÃO ( $QDR_{redução}$ ) deverá ser apurada a partir do somatório das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS nos DIAS afetados pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR dividido pelo número de DIAS afetados pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

17.9.2.2 Na apuração da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA REDUÇÃO ( $QDR_{redução}$ ) deverão ser excluídos do cálculo da média da  $QDR_{redução}$ , os DIAS em que (i) a  $QDR_{redução}$  seja superior a  $QDR_{base}$  e (ii) os DIAS em que a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA ( $QDR$ ) seja maior ou igual à QDC.

17.9.3 Desta forma, a  $QDR_{redução}$  deverá ser apurada, também, em 2 (duas) parcelas, quais sejam,  $QDR_{redução1}$  e  $QDR_{redução2}$ , conforme a seguir:

- i.  $QDR_{redução1}$ : Média simples da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA nos DIAS ÚTEIS afetados pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;
- ii.  $QDR_{redução2}$ : Média simples da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA nos DIAS não úteis afetados pelo evento de CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR;

17.9.3.1 A seguir, deve ser calculada, então, a diferença entre a  $QDR_{base1}$  e a  $QDR_{redução1}$  dos respectivos DIAS ÚTEIS afetados pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, multiplicando esta diferença entre  $QDR_{base1}$  e  $QDR_{redução1}$  pelo número de DIAS ÚTEIS afetados pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, conforme a seguir:

$$QN_{FM1} = (QDR_{base1} - QDR_{redução1}) \times n^o \text{ de Dias Úteis}$$

17.9.3.2 Posteriormente, deve ser calculada a diferença entre a  $QDR_{base2}$  e a  $QDR_{redução2}$  dos respectivos DIAS não úteis afetados pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR multiplicando esta diferença entre  $QDR_{base2}$  e  $QDR_{redução2}$  pelo número de DIAS não úteis afetados pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, conforme a seguir:

$$QN_{FM2} = (QDR_{base2} - QDR_{redução2}) \times n^o \text{ DIAS não úteis}$$

17.9.4 Assim, a QUANTIDADE DE GÁS total, não disponibilizada ou não retirada, decorrente de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR é representada pela fórmula abaixo:

$$QN_{FM} = QN_{FM1} + QN_{FM2}$$

## CLÁUSULA 18 – CESSÃO DE DIREITOS, OBRIGAÇÕES E CRÉDITOS

18.1 É vedada a cessão parcial ou total dos direitos e obrigações deste CONTRATO sem a anuência prévia da outra PARTE, ressalvadas as seguintes hipóteses:

18.1.1 O presente CONTRATO poderá ser cedido, mediante simples NOTIFICAÇÃO, no todo ou em parte, a uma controlada e/ou AFILIADA da PARTE, ou consórcio de que a PARTE faça parte na condição de operadora ou não operadora, sem que seja necessária a aprovação prévia da outra PARTE. A sub-rogação se efetuará uma vez respeitada a legislação vigente.

18.1.2 A COMPRADORA poderá ceder a qualquer tempo, mediante o envio de Notificação às SUPRIDORAS com 60 (sessenta) Dias de antecedência, os direitos e obrigações decorrentes de qualquer parte da Quantidade Diária Contratual, nos exatos termos previstos neste CONTRATO, desde que a COMPRADORA demonstre que o cessionário reúne condições de garantia técnica e solvência econômica satisfatórias para assumir as obrigações decorrentes de tal cessão, sem que as SUPRIDORAS incidam num risco comercial e econômico maior que o assumido.

18.2. Autorizada a cessão, dela deverá constar, obrigatoriamente, que a PARTE remanescente opõe ao cessionário as exceções oriundas do CONTRATO que lhe competirem opor ao cedente, o qual permanecerá solidariamente obrigado ao cessionário até o cumprimento integral pelo cedente de todas as obrigações contratuais constituídas e vencidas porventura existentes até o momento da cessão.



18.3 Na hipótese de cessão parcial do CONTRATO, a PARTE cedente e o cessionário serão responsáveis por todos os direitos e obrigações deles decorrentes na proporção de seus respectivos volumes.

18.5. As SUPRIDORAS poderão ceder ou dar em garantia, a qualquer título, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos deste CONTRATO, aplicando-se, nessa hipótese, todas as demais disposições legais a respeito da matéria. Os termos da cessão aplicáveis à COMPRADORA deverão ser notificados a esta pelas SUPRIDORAS, sendo certo que a COMPRADORA não poderá opor-se à referida cessão, ressalvado que nenhuma cessão de tal natureza implicará em solidariedade entre a COMPRADORA e a VENDEDORA perante o cessionário.

## **CLÁUSULA 19 – CONDUTA DAS PARTES**

### **19.1 Da Vedação ao Nepotismo.**

19.1.1 A COMPRADORA não poderá manter, durante a execução do CONTRATO, membro do conselho de administração ou da diretoria que seja cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de empregado(a) das SUPRIDORAS detentor(a) de função de confiança: (i) que autorizou a contratação; (ii) que assinou o CONTRATO; (iii) responsável pela demanda; (iv) responsável pela contratação; (v) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela demanda; (vi) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela contratação.

19.1.2 O descumprimento da obrigação acima acarretará multa de 1,0% (um por cento) do valor deste CONTRATO ou, alternativamente, poderá acarretar a resolução do CONTRATO na forma dos itens 16.1 (c) e 16.2, caso (i) na data de celebração do CONTRATO, o membro do conselho de administração ou da diretoria da COMPRADORA tenha a relação mencionada no item 19.1.1, ou (ii) após a celebração do CONTRATO, uma vez alterada a composição do conselho de administração ou da diretoria da COMPRADORA e identificada a relação mencionada no item 19.1.1, o respectivo administrador da COMPRADORA não se abstenha de participar das decisões envolvendo este CONTRATO.

### **19.2 Da Conduta das Partes e das Práticas Anticorrupção.**

19.2.1 Em relação às operações, serviços e outras atividades relativas a este CONTRATO:

19.2.1.1 Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e os membros do seu Grupo (i) não realizaram, ofereceram, prometeram ou autorizaram, bem como (ii) não realizarão, oferecerão, prometerão ou autorizarão, a entrega de qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem, seja diretamente ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto de qualquer autoridade ou funcionário público, partido político, representante de partido político, candidato a cargo eletivo ou qualquer outro indivíduo ou entidade, quando tal oferta, pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem constituir violação à Lei 12.846/13, ao *United States Foreign Corrupt Practices Act* de 1977 ou ao *United Kingdom Bribery Act* (coletivamente denominados as “Leis Anticorrupção”). Para os efeitos desta cláusula, “Grupo” significa, em relação a cada uma das PARTES, suas controladoras, controladas, sociedades sob controle comum, seus administradores, diretores, prepostos, empregados, subcontratados, representantes e agentes.

19.2.1.1.1 Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e os membros do seu Grupo cumprirão as Leis Anticorrupção.

19.2.1.1.2 Adicionalmente, nas atividades econômicas e financeiras relativas a este CONTRATO, cada PARTE declara e garante que ela e os membros do seu Grupo não utilizaram ou utilizarão bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de atividades ilícitas, bem como não ocultaram ou dissimularam a sua natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade, e cumprirão as demais normas referentes a lavagem de dinheiro, incluindo, porém não se limitando, as condutas descritas na Lei nº 9.613/98 e demais legislações aplicáveis à PARTE.

19.2.1.2 Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e os membros do seu Grupo não pagaram ou pagarão, direta ou indiretamente por meio de qualquer pessoa ou entidade, quaisquer taxas, comissões ou reembolsos à outra PARTE ou aos membros do Grupo da outra Parte, bem como que não ofereceram, prometeram, autorizaram ou entregaram, tampouco oferecerão, prometerão, autorizarão ou entregarão à outra PARTE ou aos membros do Grupo da



outra PARTE, qualquer presente ou entretenimento de forma a influenciar ou induzir qualquer ação ou omissão em relação a este CONTRATO.

19.2.1.3 Cada PARTE declara, garante e se compromete que não utilizou ou utilizará broker, agente, consultor ou qualquer outro intermediário na solicitação, obtenção, negociação, estruturação ou execução do presente CONTRATO ou em qualquer assunto relacionado diretamente a este CONTRATO, quando a utilização de tal broker, agente, consultor ou intermediário faça com que a PARTE viole os compromissos assumidos nas cláusulas 19.2.1.1 e 19.2.1.2 ou quando as ações de tal broker, agente, consultor ou intermediário caracterizem qualquer infração desta cláusula 19.2.

19.2.1.4 As PARTES declaram, garantem e se comprometem que possuem políticas e procedimentos adequados em vigor e em relação à ética e conduta nos negócios e às Leis Anticorrupção.

19.2.1.5 Cada PARTE deverá responder com razoável detalhamento e com suporte documental adequado a qualquer solicitação razoável da outra PARTE relacionada aos compromissos, garantias e declarações realizadas nesta cláusula, sendo que as PARTES não serão obrigadas a apresentar informações protegidas por sigilo legal. Essa obrigação permanecerá válida independentemente do término do CONTRATO.

19.2.1.6 Cada PARTE ("Parte Indenizante") deverá defender, indenizar e manter a outra PARTE isenta de responsabilidade em relação a reivindicações, danos, perdas, multas, custos e despesas diretamente decorrentes de qualquer descumprimento dos compromissos e declarações previstas nesta Cláusula pela PARTE Indenizante e pelos membros do Grupo da PARTE Indenizante. Esta obrigação não se sujeita ao limite de responsabilidade previsto na cláusula 16.4 e permanecerá válida independentemente do término do CONTRATO.

19.2.1.7 Cada PARTE deverá: (i) manter controles internos adequados relacionados às suas obrigações previstas nesta Cláusula; (ii) elaborar e preparar seus livros, registros e relatórios de acordo com as práticas contábeis usualmente adotadas, aplicáveis à PARTE; (iii) elaborar livros, registros e relatórios apropriados das transações da PARTE, de forma que reflitam, correta e precisamente, e com nível de detalhamento razoável, os ativos e os passivos da PARTE; (iv) manter os livros, registros e relatórios acima referidos pelo período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da vigência do CONTRATO e (v) cumprir a legislação aplicável.

19.2.1.8 Cada PARTE ("PARTE Notificante") reportará, sempre que tiver conhecimento, qualquer solicitação ou oferta, explícita ou implícita, de qualquer vantagem pessoal feita por qualquer membro do Grupo da outra PARTE para a PARTE Notificante.

## **CLÁUSULA 20 – DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **20.1 Nulidade das cláusulas contratuais.**

20.1.1 Se qualquer disposição deste CONTRATO for considerada ilegal, inválida ou inexecutável, de acordo com as LEIS em vigor durante a vigência do CONTRATO, tal disposição será considerada completamente independente do CONTRATO. O CONTRATO será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável não o integrasse e as disposições remanescentes permanecerão em pleno vigor e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.

20.1.2 Na hipótese do item 200, as PARTES, através de aditivos ao CONTRATO, substituirão adequadamente tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável por uma disposição ou disposições outras que, dentro do legalmente possível, deverão aproximar-se do que as PARTES entendam ser a disposição original e a finalidade dela.

### **20.2 Modificação das cláusulas.**

20.2.1 Este Contrato não poderá ser alterado senão por termo aditivo assinado pelos representantes legais devidamente autorizados de ambas as PARTES.

### **20.3 Declarações e Garantias.**

20.3.1 As PARTES declaram e garantem reciprocamente que, na data de celebração do CONTRATO:

(a) Possuem plenos poderes para celebrar o presente CONTRATO e todos os demais



instrumentos nele mencionados, bem como para assumir validamente e cumprir integralmente todas as obrigações deles decorrentes;

(b) As pessoas naturais que assinam o presente CONTRATO na qualidade de representantes legais encontram-se plenamente autorizadas a fazê-lo, sem qualquer reserva ou limitação e sem a necessidade de obtenção de qualquer autorização legal, contratual ou estatutária que, nesta data, ainda não tenha sido obtida;

(c) A celebração deste CONTRATO e/ou o cumprimento das obrigações nele contempladas não entram em conflito com (i) qualquer dispositivo dos respectivos contratos ou estatutos sociais das PARTES; (ii) qualquer dispositivo de natureza administrativa ou legal aplicável às PARTES; e/ou (iii) qualquer determinação, intimação, decisão ou ordem emitida por qualquer autoridade que possa afetar, direta ou indiretamente, a capacidade das PARTES de celebrar e cumprir as disposições do presente CONTRATO;

(d) O CONTRATO vinculará e obrigará as PARTES e seus respectivos sucessores e cessionários, a qualquer título, incluindo sem limitação as hipóteses de cisão, fusão ou incorporação de qualquer das PARTES;

(e) O término, a resolução ou a rescisão do CONTRATO não eximirá qualquer PARTE de suas obrigações que subsistam em relação ao mesmo.

20.3.2 As PARTES declaram a mais ampla concordância com os termos deste CONTRATO, além de ter pleno conhecimento que:

(a) Todas as informações deste CONTRATO são suficientes e possuem todos os elementos necessários de operacionalização do mesmo;

(b) O presente CONTRATO está em base equilibrada para as PARTES e apresenta condições comerciais de interesse das mesmas.

## **20.4 Revisão das Condições Operacionais**

20.4.1 AS PARTES se comprometem a revisar e, caso necessário, adequar as condições operacionais do CONTRATO em virtude de eventuais modificações na forma de contratação de reserva de capacidade de transporte do GÁS NATURAL no SISTEMA DE TRANSPORTE da Transportadora Associada de Gás S.A. TAG..

## **20.5 Cuidado com o meio ambiente.**

20.5.1 As PARTES se comprometem a observar as normas legais e regulatórias aplicáveis ao objeto deste Contrato, além de envidar esforços para a adoção das melhores práticas da indústria internacional de gás natural e obediência às normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes, visando à garantia de:

(a) segurança operacional, através do emprego de métodos e processos que assegurem a segurança ocupacional, a saúde do trabalhador e a prevenção de acidentes operacionais;

(b) preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, através da adoção de tecnologias e procedimentos associados à prevenção e à mitigação de danos ambientais e controle de emissões atmosféricas;

(c) estímulo ao uso racional e eficiente do gás natural; e

(d) mitigação dos impactos ao meio ambiente e as populações locais quando da realização de obras e intervenções.

## **20.6 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.**

20.6.1 As PARTES, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente CONTRATO em conformidade com a Lei sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta. No manuseio dos dados as



**PARTES deverão:**

(i) Tratar os dados pessoais a que tiver acesso em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à outra PARTE, que terá o direito de rescindir o CONTRATO sem qualquer ônus, multa ou encargo.

(ii) Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

(iii) Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da PARTE detentora originariamente dos dados.

20.6.2 A PARTE causadora de vazamento ou mal uso dos dados será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à outra PARTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento quanto à proteção e uso dos dados pessoais.

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Valenca De Sousa, Roberto Cobo Zanella, Sheila Mayane Barbosa De Santana Correa, Jacinto Junior De Sousa, Rafael Procaci Da Cunha, Rafaela Campos Furtado e Marcelo Campos Magalhaes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código [código]



## ANEXO IV – MODELO DA NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO

<b>DATA</b>	
<b>NÚMERO</b>	

	COMPRADORA	SUPRIDORAS
<b>RAZÃO SOCIAL</b>		
<b>CNPJ</b>		
<b>EMAIL</b>		

CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO	
<b>PERÍODO DE FORNECIMENTO</b>	
<b>QDC (M³/DIA)</b>	
<b>PMFL</b>	
<b>PT</b>	
<b>PONTO DE ENTRADA</b>	
<b>PONTO DE SAÍDA</b>	



**PROVISÕES ADICIONAIS**

**APROVADO POR:**

**COMPRADORA**

\_\_\_\_\_  
**NOME:**

**CARGO:**

**SUPRIDORAS**

\_\_\_\_\_  
**NOME:**

**CARGO:"**



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br> ou vá até o site <https://izisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação:

Hash do Documento

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 13/07/2023 é(são) :

- ☒ FELIPE VALENÇA DE SOUSA (Parte) - em  
13/07/2023 23:37 UTC-03:00  
**Nome no certificado:** Felipe Valenca De Sousa  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ ROBERTO COBO ZANELLA (Parte) - em  
13/07/2023 16:41 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ Sheila Mayane Barbosa De Santana Correa (Signatário) -  
em 13/07/2023 14:59 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ Jacinto JR de Sousa (Testemunha) - em  
13/07/2023 14:56 UTC-03:00  
**Nome no certificado:** Jacinto Junior De Sousa  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ Rafael Procaci da Cunha (Parte) - em 13/07/2023  
13:34 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ Rafaela Campos Furtado (Testemunha) - em  
13/07/2023 09:50 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ Marcelo Campos Magalhães (Parte) - em  
13/07/2023 09:34 UTC-03:00  
**Nome no certificado:** Marcelo Campos Magalhaes  
**Tipo:** Certificado Digital



